

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

X Congresso Regional

Inovação e Desenvolvimento



do PSD/Madeira

(Pag10)



**Prevenção e combate
a fogos – 2004**

Pag.12



**Debate de urgência
Sobre venda de empresas**

Pag.14

Intervenção sobre a “Criação do Provedor da Saúde”

Deputado José Lemos Pavão
Assembleia da República,
07 de Maio de 2004



(...)

A verdade é que **existem hoje mecanismos que asseguram a defesa dos direitos e interesses dos cidadãos em geral, e dos utentes dos serviços de saúde em particular.**

Falamos da figura do Provedor de Justiça, que é defensor e promotor dos direitos, liberdades e garantias e interesses legítimos dos cidadãos, podendo estes apresentar queixas por acção ou omissões dos poderes públicos.

(v. artigo 23º da Constituição da República Portuguesa).

De igual modo e recentemente também a **Entidade Reguladora da Saúde** criada pelo Decreto-lei nº309/2003, de 10 de Dezembro, **centra a sua actuação na defesa dos utentes** e tem por objectivo **a regulação, a supervisão e o acompanhamento da actividade desenvolvida pelos estabelecimentos, instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde,** cabendo-lhe, nomeadamente enquanto regulador, defender os interesses dos utentes e garantir a concorrência entre operadores no quadro da prossecução dos direitos dos utentes.

(...)

...merece-nos a maior reserva a criação desta nova figura, não só porque se apresenta como uma duplicação, mas sobretudo por esta estar na dependência (de apoio técnico e financeiro) da Assembleia da República.

Face ao exposto e dado já existirem na área da saúde, mecanismos e práticas que asseguram a promoção do diálogo social e a participação dos cidadãos no acompanhamento do serviço de saúde, e estando previsto o funcionamento em breve da entidade Reguladora da Saúde pensamos que esta iniciativa é inoportuna e desajustada.

(...)

Intervenção sobre a “ Lei das associações de defesa dos utentes de saúde”

Deputado José Lemos Pavão
Assembleia da República, 07 de Maio de 2004

(...)

... as Associações de Defesa dos Utesntes da Saúde e mesmo até as Ligas dos Amigos dos Hospitais, sempre viram reconhecido e valorizado o seu abnegado trabalho em prol dos doentes, sendo tanto quanto sabemos da nossa experiência frequentemente consultadas e chamadas a colaborar pelos responsáveis das instituições de saúde quando o seu parecer e colaboração são julgados importantes para o desenvolvimento de medidas no interesse dos próprios utentes.

É na exacta medida em que as transformações que estão a ocorrer no sector da saúde especialmente na adopção de novas regras de gestão, mais céleres e menos complexas e que significam mais diálogo com todos os que voluntariamente estão dispostos a colaborar, que aqui saliento a inconsistência desta iniciativa.

É que não devemos cair no equívoco de decidir a obrigação jurídica das instituições públicas de saúde ouvirem as referidas associações transformando-as numa espécie de sindicato dos doentes e despojando-as daquilo que mais as valoriza, mais a dignifica e enobrece e que é a grandeza do humanismo essência do seu voluntariado.

Por isso e em face do que aqui fica expresso não nos parece merecedor a aprovação o diploma hoje em análise.

(...)

Agendamento

Quarta-Feira, dia 19 de Maio de 2004-15:00h

Interpelação ao Governo n.º13/IX (PCP)

(Sobre a crise que afecta a economia nacional, o aparelho produtivo e os portugueses e na necessidade de uma nova política económica e social)

Quinta-Feira, dia 20 de Maio de 2004-15:00h

Proposta de Lei n.º 122/IX (GOV)

(Autoriza o Governo a legislar sobre a possibilidade de utilização nas salas de jogos dos casinos de equipamento electrónico de vigilância e controlo, como medida de protecção de pessoas e bens)

Discussão conjunta:

Proposta de Resolução n.º 64/IX (GOV)

(Aprova o acordo entre Portugal e a República Popular da China relativo à transferência de pessoas condenadas)

Proposta de Resolução n.º 65/IX (GOV)

(Aprova o acordo entre Portugal e a República Popular da China relativo à entrega de infractores em fuga)

Proposta de Resolução n.º 66/IX (GOV)

(Aprova o acordo entre Portugal e a República Popular da China relativo ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal)

Projecto de Lei n.º 438/IX (BE)

(Altera o Código da Publicidade, proibindo a publicidade a bebidas alcoólicas nas federações desportivas dotadas do estatuto de utilidade pública desportiva)

VOTAÇÕES

Observatório

Liberdade Americana

Feitas as contas, veremos que o Iraque ficará melhor, ainda que o preço mais vistoso seja pago no deve e haver das democracias ocidentais. De facto, qualquer outro povo, em caso de confronto, vê a censura por atrocidades ser atenuada em face de alegadas diferenças culturais.

Gonçalo Capitão, A Capital, 12/05/04

O Grupo dos Fugitivos

A “ameaça” socialista de mandar investigar os “negócios do estado”, servindo de caixa de ressonância das aleviosias do bloco de esquerda, não passa de folclore político, da mais baixa qualidade, de quem apenas sabe andar com a boca perto do chão para expressar a sua incapacidade em apresentar soluções para o país.

Vitor Fonseca, Primeiro de Janeiro, 13/05/04

Um congresso entre vários ciclos políticos

De sublinhar que este congresso foi convocado havendo a perfeita consciência de se estar na fase mais difícil do ciclo político deste mandato autárquico.

Pedro Santana Lopes, Diário de Notícias, 13/05/04

Um congresso e o futuro da Madeira

Estão, graças a actual maioria e ao seu Governo, afastados os sérios riscos de perda de fundos estruturais e de aplicação de pesadas multas a Portugal (...).

Os portugueses saberão identificar os que, apesar das responsabilidades na grave situação que se havia criado, põem sempre as questões ideológicas e partidárias acima do interesse nacional.

Guilherme Silva, A Capital, 14/05/04



Intervenção sobre o X Congresso do PSD/Madeira e a posição de Portugal ante a U. E.

Deputado Guilherme Silva

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, deputado Guilherme Silva, eleito pela Madeira, teve uma declaração de grande importância e relevo, no passado dia 12, sobre o X Congresso Regional do PSD/Madeira, que decorreu nos dias 7, 8 e 9, no Funchal.

O destaque que neste número damos ao Congresso, levou-nos a retirar esta intervenção do seu habitual lugar, nestas páginas, e integrá-lo na notícia que noutras páginas publicamos, sobre esta reunião magna dos social-democratas madeirenses.

No entanto, a parte final da intervenção de Guilherme Silva, não está directamente ligada ao Congresso, mas sim a um assunto muito importante da actualidade política e económica de Portugal e por isso a reproduzimos em seguida. Afirmou Guilherme Silva: (...) «Estamos conscientes dos problemas que o Alargamento da União Europeia agora a vinte e cinco, importam para Portugal e para as suas Regiões Ultraperiféricas. Mas estamos igualmente aptos a aproveitar a janela de oportunidades que um mercado alargado também nos traz.

«Como conhecemos as implicações do novo Tratado Constitucional Europeu e acompanhamos o Governo da República na defesa dos interesses de Portugal, que vem desenvolvendo nesse âmbito.

«Não abdicamos, internamente, e no âmbito da União Europeia, dos objectivos da Coesão Económica, Social e Territorial, bem como da correcta aplicação do princípio da subsidiariedade e da salvaguarda do regime preferencial e de discriminação positiva das Regiões Ultraperiféricas.



«É como Região Europeia 2004 – a Região que fez o melhor aproveitamento dos fundos comunitários - que vamos participar activamente, como sempre o fizemos, nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, não podendo deixar de expressar aqui um particular reconhecimento ao Dr. José Manuel Durão Barroso, pelo facto de ser o PSD o único partido que colocou, na sua lista e em lugar elegível, um candidato, o dr. Sérgio Marques, que será a única voz da Região Autónoma da Madeira, no Parlamento Europeu.

(...) «Não posso terminar, sem referir a particular satisfação do Grupo Parlamentar do PSD pelo facto de ter sido definitivamente levantado o processo, que tinha sido instaurado a Portugal, pelo défice excessivo criado pelo Governo Socialista.

«Estão, graças à actual Maioria e ao seu Governo, afastados os sérios riscos de perda de fundos estruturais e de aplicação de pesadas multas a Portugal.

«Gostaria que pudéssemos, a este respeito, dar ao País um exemplo de maturidade cívica e democrática, e que fosse possível registar, nesta Assembleia, o regozijo de

todas as forças políticas por esta definitiva vitória de Portugal.»

«Se assim não acontecer, os portugueses saberão identificar os que, apesar das responsabilidades na grave situação que se havia criado, põem as questões ideológicas e partidárias acima do interesse nacional.

«Os portugueses saberão como proceder nas Eleições para o Parlamento Europeu, do próximo dia 13 de Junho, para dar mais força a quem dá força a Portugal!

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Sobre o balanço dos apoios concedidos aos portugueses vítimas da catástrofe natural no Estado Vargas (Venezuela)

Dep(a). Manuela Aguiar

Requerimento ao Ministro da Presidência

Sobre a publicidade paga para a divulgação da actividade governamental – quais os “media” utilizados

Dep(a) Manuela Aguiar

Requerimento ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

Sobre as descargas ilegais na ribeira dos milagres, em Leiria

Dep(s) Paulo Batista Santos e outros.

Requerimento ao Ministério da Saúde e à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT)

Sobre o centro de saúde de Santarém

Dep(s) Vasco Cunha e outros

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre Ecografias Obstétricas

Dep(s) Clara Carneiro e Outro

Requerimento à Secretaria de Estado dos Transportes

Sobre transportes ferroviários – Porto-Viana-Valença

Dep(s) Carlos Antunes e outros.

O PSD propõe

Projecto de Resolução Nº 249/IX

Apoio à implementação da língua portuguesa em Timor Leste

A questão timorense assumiu-se sempre como uma causa geradora de enorme consenso em Portugal, sendo genuinamente considerada um designio nacional que ultrapassou gerações e partidos políticos.

Desde 1975 que Portugal se empenhou em fazer cumprir o direito do povo timorense à auto-determinação, o que veio a acontecer, de facto, optando este democraticamente pela sua independência.

(...)

A política de cooperação desenvolvida até agora tem sido sempre a preocupação de responder aos apelos e aos pedidos timorenses.

(...)

Desta forma, a Assembleia da República recomenda ao Governo:

· Que mantenha e reforce, no respeito pelas opções soberanas do Estado de Timor-Leste, a formação, o ensino e valorização da língua e cultura portuguesas;

· Que este esforço se concretize normalmente ao nível da formação de professores e do intercâmbio cultural;

· Que a escola portuguesa em Dili constitua o espaço fundamental de um projecto multicultural capaz de mobilizar todas as comunidades em torno da língua e cultura portuguesas;

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de 12 de Maio, como habitualmente na Presidência do Conselho, aprovou 14 diplomas, dos quais, duas Propostas de Lei, dois Decretos regulamentares, três Resoluções e sete Decretos-Lei.

A primeira dessas Propostas de Lei, estabelece o regime jurídico da formação profissional e cria o **Sistema Nacional de Formação Profissional**, identificando os agentes que o integram as respectivas atribuições, bem como definindo os princípios que regem a sua coordenação, organização, financiamento e avaliação.

A segunda Proposta de Lei autoriza o Governo a legislar sobre matéria relacionada com a liberdade de escolha e **exercício da profissão no transporte colectivo de crianças**.

O presente diploma visa obter autorização da Assembleia da República para aprovar um regime que regule este segmento de transporte de passageiros, designadamente instituindo um regime de licenciamento de actividade aplicável à realização do transporte de crianças em veículos automóveis ligeiros (que inclui, designadamente, as carrinhas até nove lugares), definindo regras de certificação para os respectivos motoristas, com o objectivo de garantir a sua idoneidade e formação específica adequada, assim como tornando obrigatória a presença de um vigilante durante a operação de transporte.

São adoptadas medidas especiais tendentes a garantir a segurança das crianças transportadas, designadamente tornando obrigatória a colocação de dispositivos de retenção adequados para as crianças mais pequenas, bem como do cinto de segurança em todos os lugares do veículo. É suprimida a possibilidade de ocupação de um assento por mais de uma criança, sendo também formuladas regras cautelares no âmbito da circulação e locais de paragem destes veículos.

A obrigação de uso do tacógrafo é estendida a todos os veículos e é estabelecido um regime de licenciamento dos autocarros e veículos automóveis ligeiros a utilizar nestes transportes, quer pertençam a empresas transportadoras ou a autarquias locais, quer a outras entidades que realizem transporte particular de passageiros, sendo fixada uma idade limite para o respectivo licenciamento.

Estas medidas são complementadas por um regime sancionatório específico para o não cumprimento das regras impostas.

Suspensão temporária do Acordo de Schengen

Uma Resolução do Conselho aprova a reposição do controlo documental nas fronteiras portuguesas, entre 26 de Maio e 4 de Julho de 2004.

A atribuição a Portugal da responsabilidade pela organização do festival de música Rock in Rio e do campeonato europeu de futebol - Euro 2004 assume inegável interesse nacional, não só pela importância dos próprios eventos, mas também pela possibilidade que representa em termos de projecção da imagem externa do País.

A realização destes eventos trará a Portugal centenas de milhares de cidadãos estrangeiros, não apenas para assistir aos concertos de música e aos jogos de futebol, mas também atraídos pelo ambiente de festa e promoções turísticas associadas aos mesmos.

O sucesso da realização do Rock in Rio e do Euro 2004 passa, necessariamente, pelo planeamento e execução de um vasto conjunto de medidas que permitam salvaguardar a segurança dos participantes directos e dos espectadores dos eventos. Entre estas deverão contar-se medidas eficazes e céleres de controlo documental na transposição de todas as fronteiras.

Assim sendo, entende o Governo ser necessário o restabelecimento do controlo documental em todas as fronteiras portuguesas, durante o período da realização destes eventos, considerando a necessidade de garantir a segurança interna, de forma a prevenir a imigração ilegal e a entrada no País de cidadãos ou grupos referenciados como habituais causadores de conflitos ou graves desordens públicas, ou cujos comportamentos sejam susceptíveis de comprometer a segurança dos cidadãos nacionais e dos cidadãos estrangeiros que, por força destes eventos, acorrerão em massa ao nosso País.

Regime jurídico dos documentos electrónicos

Por Decreto-Lei é alterado o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de Abril.

O Decreto-Lei n.º 62/2003 procurou compatibilizar o regime jurídico da assinatura digital, estabelecido no Decreto-Lei n.º 290-D/99, com a Directiva

n.º 1999/93/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a um quadro legal comunitário para as assinaturas electrónicas.

A minuciosa tarefa de regulamentação do referido Decreto-Lei obriga agora a uma reponderação do nível de exigência que se consagrou no diploma de transposição, em particular no que respeita aos requisitos do certificado qualificado emitido pelas entidades certificadoras, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei.

Em lugar da assinatura electrónica qualificada, até aqui exigida, passa a impor-se a apresentação, no certificado, apenas de uma assinatura electrónica avançada. A presente alteração procura seguir o sentido mais conforme com as obrigações impostas pela Directiva e mais adequado do ponto de vista da harmonização comunitária da matéria.

Regulamentação do DL (acima) sobre documentos electrónicos e da assinatura digital

Um Decreto Regulamentar regulamenta o Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital.

O presente Decreto regulamenta o trabalho das entidades que exerçam a actividade de certificação de assinaturas electrónicas, estabelecendo as regras técnicas e de segurança exigíveis às entidades certificadoras que emitem certificados qualificados.

Para além disso, regulamenta ainda alguns outros aspectos específicos dessa actividade, designadamente o processo de credenciação, junto do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ), das entidades certificadoras.

Estabelecem-se regras específicas a serem observadas pela entidade certificadora na prestação de serviços como o registo, a emissão e revogação de certificados, bem como o fornecimento de dispositivos seguros de criação de assinaturas e da sua validação cronológica. São ainda formuladas exigências específicas que têm em vista o reforço das garantias requeridas, face ao valor probatório conferido às assinaturas electrónicas emitidas por entidades certificadoras credenciadas.

São previstos os direitos e obrigações tanto da entidade certificadora como dos titulares de certificados e é regulado o contrato a ser celebrado entre a entidade certificadora e o requerente do certificado. Estabelecem-se também requisitos operacionais e de gestão onde se incluem especiais exigências em matéria de segurança, planos de contingência, acesso aos sistemas, política de pessoal, auditorias, cessação da actividade e arquivo de informação.

O presente diploma constitui uma peça fundamental da plena aplicação do regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura electrónica, permitindo, finalmente, a efectiva utilização de documentos electrónicos com a mesma força probatória dos documentos particulares assinados.

Organismos e produtos geneticamente modificados

Por Decreto-Lei é alterado o Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de Abril, que regula a libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados (OGM) e a colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Março de 2001.

A referida transposição visa introduzir, na ordem jurídica interna, as alterações efectuadas à Directiva, pelos Regulamentos (CE) n.ºs 1829/2003 e 1830/2003, do Parlamento e do Conselho.

O diploma procede ainda à criação de taxas a cobrar pela autoridade competente, pela apreciação dos processos de notificação relativos à libertação deliberada no ambiente de OGM e à colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM.

Regras de execução sobre o regulamento de rotulagem e rastreio de organismos e alimentos geneticamente modificados

Um Decreto-Lei estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1830/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo à rastreabilidade e rotulagem de organismos geneticamente

Conselho de Ministros

modificados e à rastreabilidade dos géneros alimentícios e alimentos para animais produzidos a partir de organismos geneticamente modificados.

O presente diploma visa assegurar a execução e garantir o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes, para o Estado Português, do Regulamento (CE) n.º 1830/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece as regras relativas à rastreabilidade e rotulagem aplicáveis aos produtos que contenham ou sejam constituídos por organismos geneticamente modificados, aos géneros alimentícios e aos alimentos para animais produzidos a partir de OGM.

Para o efeito, atribui competências de fiscalização à Inspeção-Geral do Ambiente, à Direcção-Geral de Protecção das Culturas, à Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar e à Direcção-Geral de Veterinária e estabelece o quadro das infrações e respectivas sanções, no caso de violação das normas do Regulamento.

Estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local

Um Decreto-Lei cria um regime excepcional e transitório quanto à aplicação do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de Abril, que estabelece o estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local.

O presente diploma cria um regime excepcional e transitório que permite, durante o período de dois anos, a candidatura a estágio para bombeiro de 3ª classe de indivíduos que se encontrem em exercício de funções, a qualquer título, independentemente de não preencherem o requisito da idade, exigido no n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 106/2002, desde que habilitados com a escolaridade obrigatória.

Estrutura orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

Um Decreto Regulamentar aprova a estrutura orgânica dos serviços das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Com a aprovação deste diploma, conclui-se o processo de reestruturação orgânica daqueles serviços executivos e periféricos do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, em conjugação com a elaboração, já concluída, das normas complementares, constantes de portaria.

A nova estrutura orgânica das CCDR, preconizada no Decreto-Lei n.º 104/2003, encontra-se enformada pelos princípios orientadores da organização e funcionamento dos serviços da administração directa do Estado, constantes da Lei n.º 4/2004, no quadro das opções do XV Governo Constitucional.

Assim, adopta-se uma estrutura de matriz hierarquizada e flexível, permitindo corresponder, com maior eficácia e eficiência à relevante missão das CCDR, porquanto lhes incumbe executar, ao nível das respectivas áreas geográficas de actuação, as políticas de ambiente, de ordenamento do território, de conservação da natureza e da biodiversidade, de utilização sustentável dos recursos naturais, de requalificação urbana, de planeamento estratégico regional e de apoio às autarquias locais e suas associações, tendo em vista o desenvolvimento regional integrado.

Cálculo das tarifas pela utilização da infra-estrutura ferroviária

Por Decreto-Lei é prorrogado o regime transitório das regras a aplicar no cálculo das tarifas pela utilização da infra-estrutura ferroviária constantes do Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro.

A necessidade de extensão do referido regime transitório prende-se directamente com o facto de o Decreto-Lei de transposição do Pacote Ferroviário I ter sido publicado e ter entrado em vigor numa data posterior à inicialmente expectável (que seria Março e não Outubro de 2003). Este atraso repercutiu-se nos trabalhos preparatórios necessários à elaboração do regulamento previsto no n.º 2 do artigo 52.º do diploma que se altera agora.

De facto, a elaboração de regras regulamentares que, face ao anterior, se mostram exponencialmente mais complexas, mormente pelo facto de se ter abandonado um regime de tarifa única para trabalhar num regime de múltiplas tarifas e respectivos adicionais, levaram a que os trabalhos

preparatórios do regulamento de tarifação, actualmente em curso, se prolongassem no tempo e, apesar de os referidos trabalhos estarem já num grau de maturidade que permite equacionar o lançamento do processo de consulta pública a breve trecho, não é possível a sua aplicação no Directório da Rede para 2005, sob pena de aplicação de um regime regulamentar inexistente.

Por outro lado, a complexidade do novo modelo tarifário, supra referida, constituiu dificuldade evidente para a REFER, E.P. se apetrechar devidamente para a aplicação do regime geral, aplicação essa mais onerosa - que não impossível - na falta do regulamento referido.

Estas são as razões que aconselham a prorrogação do regime transitório, através do presente Decreto-Lei.

Uma Resolução do Conselho de Ministros nomeia o conselho de administração da Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E..

Através desta Resolução, aprovada após conclusão do processo de audição, o Governo renova os mandatos, pelo período de três anos, do Coronel Carlos Alberto Gonçalves da Costa, como presidente do conselho de administração da Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E., e, como vogais do mesmo órgão, dos Eng. Alexandre Ulrich Kuhl de Oliveira e António Barreira Paulino.

São nomeados, como novos vogais, também pelo período de três anos, o Dr. José Manuel Ferreira Leal e o controlador Fernando Rui Martins Ribeiro de Carvalho.

Regime jurídico do licenciamento industrial

Um Decreto-Lei estabelece o regime de intervenção das entidades acreditadas em acções relacionadas com o processo de licenciamento industrial.

O diploma aprovado apresenta o normativo que se integra no regime jurídico do licenciamento industrial, recentemente aprovado através dos Decretos-Lei n.ºs 69/2003 e 70/2003, com o objectivo específico de estabelecer o regime de intervenção das entidades acreditadas em acções conexas com o processo de licenciamento industrial ou decorrentes do mesmo, fixando as condições de atribuição da acreditação e identificando as linhas gerais do respectivo processo de avaliação.

Denominações, etiquetagens e marcação dos produtos têxteis

Um Decreto-Lei aprova as regras relativas às denominações, etiquetagens e marcação dos produtos têxteis.

O presente projecto de Decreto-Lei prevê, designadamente: indicações relativas à composição fibrosa; tolerâncias admitidas para produtos mistos; etiquetagem e marcação; determinação das percentagens de fibras, colheita de amostras e métodos de análise; fiscalização e contra ordenações.

Compensações financeiras a operadores rodoviários

Uma Resolução do Conselho de Ministros atribui, para o corrente ano, as compensações financeiras pela obrigação da manutenção de prestação de serviço público a operadores rodoviários de transporte público de passageiros.

Esta Resolução visa a atribuição de compensações financeiras pela obrigação da manutenção de prestação de serviço público de transporte de passageiros, pelo período máximo de um ano, aos operadores rodoviários privados de transporte público de passageiros, signatários de acordos referentes à utilização de títulos combinados de transporte na Área Metropolitana de Lisboa e que procederam à denúncia dos mesmos.

Esta denúncia implicaria que, a partir de 1 de Junho de 2004, os utentes de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa seriam obrigados a utilizar os títulos próprios de cada um desses operadores privados, com agravamento substancial dos preços.

Trata-se de uma alteração substancial do serviço de transportes prestado por estes operadores, que se entende prejudicial ao interesse público. Pretende-se, pois, para já, assegurar o adequado funcionamento do serviço público de transporte de passageiros, até à definição de um novo regime jurídico de serviço público de transporte.

– Fonte: Portal do Governo

Notícias dos Açores

Durão Barroso em Ponta Delgada integrou, no Domingo, a procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres

O Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso, integrou, no Domingo, a procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres que percorreu, durante horas, as principais ruas de Ponta Delgada.

Convidado da Irmandade do Senhor Santo Cristo, entidade responsável pela organização dos maiores festejos religiosos dos Açores, Durão Barroso foi o primeiro chefe de Governo a integrar um cortejo que se realiza todos os anos desde o ano de 1700, no quinto domingo a seguir à Páscoa.

A imagem do “Ecce Homo”, que milhares de devotos acompanham na procissão, só sai à rua no sábado e domingo das festas, permanecendo ao longo de todo o ano no coro baixo da igreja do Convento da Esperança.

Com devotos dispersos por todo o mundo, em especial nas comunidades de emigrantes, o busto do Santo Cristo de Ponta Delgada, que foi oferecido pelo Papa Paulo III às freiras clarissas da ilha de S. Miguel, constitui uma das imagens mais ricas da Igreja Católica.

Ao longo de séculos milhares de crentes ofereceram ouro e pedras preciosas para ornamentação da imagem do Convento da Esperança.

Para o tesouro do Santo Cristo têm contribuído doações de devotos anónimos e de figuras públicas, desde monarcas a empresários e à mulher do ex-Presidente da República, Ramalho Eanes, que lhe ofereceu um anel.

Na procissão de domingo, além dos crentes que pagam promessas ou pedem a intervenção do Santo Cristo, participam as principais entidades da região. - **Fonte: Lusa.**

30 anos do PSD no Faial em cerimónia evocativa, com Victor Cruz

“A grande comemoração dos 30 anos do PSD/Açores será uma grande vitória eleitoral em Outubro”. Foi com esta convicção que Victor Cruz encerrou, na cidade da Horta, a cerimónia evocativa das três décadas de existência do PPD/PSD da Ilha do Faial. O líder social-democrata garantiu ter “claras indicações” da vontade de mudança da sociedade açoriana, pelo que a “Coligação Açores” tem “porta aberta” para vencer as próximas eleições regionais.



Na sessão de homenagem aos sucessivos dirigentes faialenses de 1974/2004, promovida pela Comissão Política de Ilha, Victor Cruz afirmou que o PSD “acautela os valores e os princípios de sempre mas sabe que os tempos mudaram e tem propostas adequadas aos desafios do futuro”. Quando agora comemora 30 anos de existência, o PSD enfrenta uma “batalha dura”, “não contra os nossos adversários mas a favor dos açorianos que precisam da nossa ajuda”, explicou.

O presidente do PSD disse que a alternância democrática “tem que continuar a funcionar nos Açores”, recordando que o “velho PS já teve uma segunda oportunidade” e defendendo que o “novo PSD merece uma primeira oportunidade”. Na sua opinião, “as próximas eleições não são a comparação entre o presente e o passado, mas sim entre o presente que já é passado e o futuro que somos nós”.

Victor Cruz considerou que o processo autonómico “vale a pena porque uniu os Açores”, atribuindo esse mérito à geração fundadora do PPD/PSD, e defendeu que “o nosso projecto político tem que recuperar o desenvolvimento solidário das ilhas”. “Temos essa responsabilidade histórica, porque a história do PSD confunde-se com a própria história da Autonomia dos Açores”, acrescentou.

Para o actual líder social-democrata, o PSD “é o único partido que, sendo um partido de bases é

também um partido de quadros, que se confunde com o povo açoriano, envolvendo gente do meio rural e elites urbanas, jovens, mulheres e idosos”. Assim, o PSD “é o melhor retrato da sociedade açoriana”. O



PSD faz uma “aposta clara em todas as gerações” e por isso Victor Cruz reconhece o trabalho de todos e a todos convoca para os trabalhos do futuro.

Falando para as diferentes gerações de dirigentes que asseguraram a implantação e o

crescimento do PSD na Ilha do Faial, o líder regional manifestou “a certeza de que os faialenses já não estão dispostos a dar uma terceira oportunidade a quem já mostrou o que valia, fazendo das promessas do passado as promessas do futuro”. “Comigo, o Faial não vai perder importância política, a Assembleia Legislativa Regional não vai ser o segundo órgão da Autonomia e ninguém será dono dos Açores”, assegurou.

Victor Cruz aproveitou ainda a cerimónia evocativa dos 30 anos do PSD da Ilha do Faial para prestar uma “justa homenagem” a Alberto Romão Madruga da Costa. O faialense que foi o único açoriano a presidir à Assembleia Legislativa Regional e ao Governo dos Açores interveio igualmente na sessão social-democrata para enaltecer o “património absolutamente inalienável” do seu partido no processo autonómico. “A defesa da Autonomia, do auto-governo, da livre administração dos Açores pelos açorianos foi sempre e ainda é o primeiro objectivo do PSD”,

afirmou.

Madruga da Costa recordou a “grande tarefa de construir uma Região a partir de nove ilhas”, para considerar que o PSD “liderou um verdadeiro projecto de solidariedade”. Entre 1976 e 1985, sem fundos comunitários, foi possível



Notícias dos Açores (Conclusão)

A 30 anos da sua implantação o PSD-PPD da ilha do Faial comemora o Passado e o Presente

construir três aeroportos, quatro portos, tantas estradas e muitas escolas". Hoje, prosseguiu, "apesar de todas as facilidades, não há um desenvolvimento solidário e os que estão a tentar dividir para reinar não de ser ajuizados pela História". "Este não é o nosso caminho", disse.

O fundador e primeiro presidente do PSD na Ilha do Faial considerou ainda que o seu partido "não tem nada com que se envergonhar do seu passado". "Um projecto alicerça-se em valores e os valores definem um partido", afirmou, para concluir que "esta é a nossa grande diferença em relação àqueles que só sabem navegar à vista".

O presidente em exercício da Comissão Política de Ilha, José da Terra Carlos, abriu a sessão de homenagem aos anteriores dirigentes do PSD do Faial, que culminou com a atribuição de diplomas de reconhecimento entregues pelo líder regional Victor Cruz.

Alberto Romão Madruga da

precisam de quem os defenda em Bruxelas"

O candidato açoriano da Coligação "Força Portugal" PPD/PSD – CDS/PP, ao Parlamento Europeu, Duarte Freitas reuniu, na semana passada, com as direcções da Associação Agrícola de São Miguel, da Associação de Jovens Agricultores e da União de Cooperativas de Lacticínios – UNILEITE, no âmbito de uma jornada dedicada aos problemas da agricultura local.

Tendo presidido, em tempos, à Associação Agrícola da Ilha do Pico, Duarte Freitas está deveras sensibilizado para as questões agrícolas dos Açores e comprometeu-se, junto das associações representativas dos agricultores micaelenses, a defender os interesses da agricultura açoriana em Bruxelas.

"Os agricultores açorianos podem contar comigo para defender uma política Agrícola Comum que



nomeadamente do sector do leite e lacticínios, na economia açoriana e na estabilidade social das nossas ilhas, exige dos representantes eleitos, um esforço constante, e não só aos fins de semana, de esclarecimento sobre as políticas que se gizam em Bruxelas e de acompanhamento e defesa, nos corredores da União Europeia, dos interesses da agricultura açoriana".

"Não quero, nem vou fazer como alguns que ontem apoiavam, encapotadamente, a reconversão da produção leiteira para a carne, para depois, na hora do aperto, e passado o timing de defender a quota leiteira açoriana, surgirem a fazer ruído político-eleitoral, na tentativa de enganarem os lavradores dos Açores. Comigo, falarei sempre a verdade aos agricultores dos Açores. Comigo, no Parlamento Europeu, a cooperação com os diversos poderes que interferem na política agrícola será uma forte preocupação", afirmou Duarte Freitas.

Visita à Cooperativa Agro-Capelense

Ainda no âmbito deste trabalho com os agricultores, o candidato açoriano ao Parlamento Europeu, pela Coligação "Força Portugal" PSD-CDS/PP, visitou também a Cooperativa Agro-Capelense.

Tendo-se inteirado da situação económica e financeira daquela cooperativa agrícola da freguesia de Capelas, Duarte Freitas garantiu à direcção da Agro-Capelense um relacionamento, uma vez eleito deputado ao Parlamento Europeu, privilegiado com os agricultores, já

que se sente "um homem do sector que conhece as dificuldades e anseios dos lavradores açorianos". De recordar que Duarte Freitas que já foi dirigente associativo agrícola é ainda hoje, empresário agrícola.

O candidato da Coligação "Força Portugal" afirmou que irá "ser um deputado ao Parlamento Europeu todos os dias da semana, junto dos açorianos, e não um deputado de fim-de-semana, que passa pelos Açores a caminho de Lisboa".

Duarte Freitas disse ainda que, no seu entender, "o aumento da quota leiteira dos Açores não pode ser antecipadamente uma derrota, tem de ser uma esperança, tendo em conta a capacidade de produção da lavoura açoriana, os investimentos que se estão fazendo, mais ainda os que estão programados, pela indústria de leite e lacticínios, a procura no mercado dos nossos produtos lácteos, e por fim, a preservação do ambiente do mundo rural açoriano, que encontra o seu equilíbrio na exploração correcta da terra pela lavoura açoriana".

De acordo com o candidato açoriano ao Parlamento Europeu, pela Coligação PSD-CDS/PP, "ao contrário do candidato do Partido Socialista que já desistiu da luta por mais quota leiteira", Duarte Freitas irá empenhar-se "na procura de apoios, a nível nacional e europeu, para, na altura certa, e em cooperação e não através da guerrilha política, sensibilizar Bruxelas para a necessidade de os lavradores açorianos terem um maior quota leiteira, porque está em causa o desenvolvimento dos Açores e a estabilidade social das nossas nove ilhas". – Fonte: Gabinete de Imprensa do PSD/Açores



Costa, Gustavo Fernando Armas, Fernando Faria Ribeiro, António Serafim Cardoso Amaral e José Pacheco de Almeida foram os primeiros presidentes da direcção política do PSD/Faial no período de 1974/88. Desde 1989, a Comissão Política de Ilha foi sucessivamente presidida por António Manuel Macedo da Silva, Eugénio Manuel Pereira Leal, José Manuel Souto Gonçalves, Fernando Alberto Fraga da Costa e Luís Carlos Correia Garcia.

"A agricultura e os agricultores açorianos

tenha em conta as especificidades da agricultura açoriana. Porque a agricultura e os agricultores açorianos precisam de quem os defenda em Bruxelas e não de serem usados para fins de guerrilhas políticas", disse Duarte Freitas.

O candidato ao Parlamento Europeu afirmou que quer "ser o porta-voz dos agricultores açorianos no Parlamento Europeu e fazer parte de um lobby que, no dia-a-dia, defenda os interesses dos Açores e dos açorianos não só no Parlamento Europeu, como também junto das diversas instâncias da União Europeia.

A importância da agricultura,

Notícias de Lisboa

Entrou em funcionamento o mais avançado sistema de comunicações digitais

A cidade de Lisboa já tem em funcionamento «um dos mais avançados sistemas de comunicações de emergência e segurança» através da tecnologia trunking digital.

«Passamos a dispor de um sistema de comunicações que é uma infraestrutura única, baseada num standard europeu, capaz de integrar todas as funções da segurança de Lisboa», afirmou há dias Santana Lopes, congratulando-se pela rapidez da instalação do novo sistema (quatro meses), e que implicou um investimento camarário de cerca de dois milhões de euros.

Esta tecnologia permite partilhar comunicações entre e dentro da Protecção Civil Municipal, Regimento de Sapadores Bombeiros, Polícia municipal, Polícia Municipal e Polícia Florestal. Para além disso, fornece todos os benefícios do sistema GSM (actual), ultrapassando-os, combinando as vantagens do rádio bidireccional, do telefone móvel, do envio de mensagens e comunicação de dados. O padrão europeu de que dispõe permite, entre outras coisas, uma elevada qualidade de som, privacidade nas comunicações (cripta), rápido estabelecimento de chamada e capacidade de transmissão de dados.

Para que o sistema funcione foram montadas estações base em dez locais da cidade (Praça de Espanha, Monsanto, Ponte 25 de Abril, Alvalade, Castelo de São Jorge, Amoreiras, Chelas, Penha de França e Telheiras). Assim, a cidade de Lisboa tem já uma boa cobertura, falhando apenas em pequenas áreas.

Outra particularidade desta tecnologia é o servidor AVL, que permite a localização automática dos veículos. Entre o equipamento móvel estão disponíveis 150 rádios portáteis resistentes, 20 rádios portáteis de reduzidas dimensões, 130 rádios móveis com módulo GPS, 15 rádios fixos e dez terminais de dados e impressoras.

Uma das vantagens do novo sistema é a sua expansibilidade. Tanto ao nível do número de utilizadores (actualmente, 325, podendo evoluir para mil), número de estações base (agora dez, mas podem chegar às 28), como também na cobertura da rede, que por enquanto se limita ao concelho de Lisboa.

Por estas razões, Santana Lopes afirmou, no final, que este é um dos sistemas do seu género, mais avançados da Europa.



A Câmara vai avançar com referendo sobre a zona ribeirinha

O presidente da Câmara vai propor ao executivo camarário a realização de um referendo sobre a construção em altura na zona ribeirinha da capital.

Em entrevista ao Diário de Notícias, Santana Lopes considera que não se sente «legitimado para tomar sozinho a decisão» de autorizar a edificação das polémicas torres de Siza Vieira em Alcântara e as de Norman Foster em Santos.

«Não sinto que estou mandatado para fazer esta alteração na história de Lisboa», afirma Santana Lopes, sublinhando que esta questão, que mudará o rosto da capital caso venha a ser aprovada, não foi uma das suas promessas eleitorais. Por esse motivo, entende que os cidadãos não o mandataram para tomar essa decisão e quer ouvir em consulta popular os lisboetas.

Diz mesmo que está «dividido» entre uma imagem tradicional de Lisboa, cuja perfil é reconhecido pela orografia natural das colinas da cidade, e outra de modernidade, marcada pela construção em altura, especialmente na zona confrontante com o rio Tejo.

Não tem ainda data para a convocação do referendo ainda não tem, mas vaticina que será «daqui a uns meses». Mas assim que o processo for desencadeado, garante que irá promover um debate muito profundo sobre a matéria e nessa altura expressará qual é a sua posição.

«No momento, tenho dúvidas», disse, mas para já assume discordar que se faça na zona de Alcântara uma cortina de edifícios de oito andares a tapar a vista sobre o Tejo, apesar de esta ser a cêrcea (altura) autorizada pelo Plano Director Municipal.

Quanto à construção de torres, sustenta, que «sendo uma prática que quebra uma regra de séculos não deve estar ao dispor de qualquer presidente de Câmara, a não ser que em eleições o tenha dito e o povo o tenha eleito. Se eu tivesse prometido tomava a decisão».

Na entrevista concedida ao DN, Santana Lopes falou ainda sobre o Túnel do Marquês, do Parque Mayer - uma das suas pastas assumidamente mais complicadas - e dos projectos para Monsanto. O Congresso do PSD, as presidenciais e a situação económica do País foram também abordadas nesta conversa com o também vice-presidente dos social-democratas. As eleições europeias que estão à porta e o Euro 2004, em Lisboa, foram os assuntos que, afirmou, «mais o preocupam, mas que encara com optimismo». - **Fonte: Lusa**



Notícias do Porto

Redimensionamento do parque escolar e Polícia Municipal idêntica à PSP



O presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, defendeu, na quinta-feira, um redimensionamento do parque escolar da cidade e dos concelhos limítrofes, nomeadamente ao nível do ensino secundário.

“Não é racional manter o mesmo número de escolas no Porto quando estas estão sublotadas”, disse Rui Rio, respondendo assim aos jornalistas quanto à questão da possível fusão do liceu Carolina Michaelis com o Rodrigues de Freitas.

“Os concelhos limítrofes cresceram muito, há carências ao nível do ensino secundário nesses concelhos e sobram lugares no Porto”, afirmou.

Afirmou que, no entanto, deve ser encontrada uma solução de “equilíbrio e bom senso” para a questão da possível transferência dos alunos do Carolina Michaelis para o Rodrigues de Freitas.

“Não sei se a solução técnica encontrada é a melhor, mas deve-se decidir no sentido do interesse público”, afirmou.

“Não estão só em causa duas escolas mas uma sociedade”, frisou.

A Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) manifestou a intenção de transferir os alunos da escola secundária Carolina Michaelis para a Rodrigues de Freitas, podendo assim entregar aquele edifício ao Conservatório de Música do Porto, medida contestada pelos professores e alunos dessa escola.

O ministro da Educação, David Justino, que deverá deslocar-se às duas escolas

Paulo Cutileiro, vereador da câmara do Porto com o pelouro da Educação, escusou-se a adiantar o nome das outras duas escolas que poderão ser desactivadas. Contudo, lembrou que a escola EB19 da Vitória é aquela que tem menos alunos, um total de apenas 26 crianças.

“A fusão de escolas tem a ver com o número de alunos e com a qualidade do ensino a proporcionar às crianças”, disse Paulo Cutileiro, que relevou “ainda não ter obtido qualquer resposta” da DREN.

Considerando a rede de escolas do Primeiro Ciclo “desequilibrada”, Cutileiro afirmou que “não faz sentido ter escolas com 30 crianças e escolas com horários duplos e triplos em simultâneo por excesso de alunos”.

Nos 57 estabelecimentos públicos do Primeiro Ciclo da cidade há uma frequência global de 8.760 alunos. Com o pré-escolar, o parque escolar do Porto totaliza 11.360 crianças.



Rui Rio quer Polícia Municipal com formação idêntica à da PSP

No mesmo dia em que se referiu aos problemas do ensino e das escolas do Porto, Rui Rio participou num debate sobre “Segurança e Democracia”, com a presença do sociólogo francês Philippe Robert, director do Grupo Europeu de Investigação sobre Normativas, que reúne cerca de 40 centros de estudo de toda a Europa, incluindo do Porto.

Falando à comunicação social, o presidente da Câmara do Porto afirmou não estar disposto a “financiar uma polícia municipal que não tenha um grau de formação semelhante àquele praticado na PSP”.

“Não estou disposto a pagar a existência de uma polícia municipal se lhe faltar a necessária formação técnica”, afirmou Rui Rio, que garantiu que o seu homólogo da Câmara de Lisboa, Santana Lopes, partilha de uma opinião semelhante.

O autarca referia-se ao facto de se encontrar em debate, na Assembleia da República, a elaboração dos estatutos das polícias municipais.

O presidente da Câmara do Porto defendeu ainda a introdução de alterações nos poderes dos agentes da PSP, de modo a que estes possam levar mais além as suas funções, nomeadamente na realização de rusgas domiciliárias durante a noite, assim como na forma como lidam com os casos dos arrumadores e das prostitutas de rua, perante os quais, considerou, os poderes policiais são diminutos.

Rui Rio considerou que o programa “Porto Feliz”, não é redutor por se dedicar apenas ao combate ao fenómeno dos arrumadores, mas admitiu que ao nível da luta contra a exclusão social não é suficiente.

O autarca disse ainda que o “Porto Feliz” só não actua com mais força nas ruas do Porto por limitações financeiras.

Philippe Robert defendeu que os Estados na União Europeia têm de assumir a responsabilidade de desenvolver políticas sociais que permitam prevenir a prazo a continuação dos fenómenos de pequena criminalidade que existem por todo o continente - ao contrário dos crimes muitas vezes mais graves ocorridos, por exemplo, nos Estados Unidos.

Esta seria, considerou, a melhor forma de ajudar a combater a sensação de insegurança que existe um pouco por toda a Europa. — Fonte: Lusa



no próximo sábado para se reunir com professores e alunos, já afirmou que “nenhuma decisão definitiva será tomada sem ter em consideração todas as partes envolvidas neste processo”.

Rui Rio falava aos jornalistas no final da apresentação do programa de requalificação das escolas públicas do primeiro ciclo, onde defendeu a importância de abrir os estabelecimentos de ensino à comunidade.

Seguindo este objectivo, a Câmara do Porto apresentou à DREN uma proposta de fusão de quatro escolas do primeiro ciclo.

As escolas dos bairros de S. João de Deus e do Aleixo são duas das quatro que a autarquia propõe desactivar.

X Congresso do PSD/Madeira

«Nesta região está o melhor da democracia nos factos, obras e atitude»

Nos dias 7, 8 e 9 deste mês, realizou-se no Funchal, com assinalável sucesso, o Congresso Regional do PSD/Madeira.

O Congresso foi antecedido por reuniões de debate temático, com dirigentes partidários nacionais e regionais e destacadas personalidades convidadas.

Uma das primeiras intervenções foi a de Dias Loureiro. Falando de improviso, o presidente do Congresso Nacional do PSD, fez um rasgado elogio à Madeira e à forma como esta região tem evoluído e como se encontra na actualidade.

Afirmando-se “emocionado” com tudo o que disse ter visto na região, elogiou o Presidente do PSD/Madeira e chefe do Governo regional pela sua “revolução nos factos, nas obras e na atitude de quem quer sempre mais e melhor para a Madeira”.

Dias Loureiro afirmou que nesta região está “o melhor que há da democracia” e que “é difícil encontrar no mundo outro lugar onde a mão de Deus e do homem tenham trabalhado em tanta sintonia”.

Foi também orador Vítor Cruz, líder do PSD Açores, fez vibrar os presentes ao afirmar que Jardim terá um «cargo nacional» quando quiser deixar a Madeira, porque o País «não pode desperdiçar os seus melhores políticos».

Victor Cruz, assumiu o “compromisso” de, no caso de vencer as eleições regionais de Outubro, seguir a política do líder madeirense na “futura governação” da sua região.

“Os Açores têm um mau governo e uma boa oposição, na Madeira temos um bom governo e uma má oposição”, frisou Cruz apostado numa vitória que permita aos Açores atingir o “desenvolvimento da Madeira e que foi interrompido pelo executivo socialista”.

O Secretário-Geral do PSD, José Luís Arnaut, transmitiu ao PSD/Madeira a solidariedade do Partido, está neste momento pontualmente marcada pelo facto do PAS/Madeira ser “...o único partido regional que colocará um madeirense no Parlamento Europeu.

Lembrou ainda, em abono de Alberto João Jardim e da sua forma de fazer política em democracia, além dos resultados para a Madeira e a vida dos madeirenses, as 36 indiscutíveis e democráticas vitórias eleitorais, que são fruto da sua “ética e dádiva à causa pública”.

«Depois de Sá Carneiro, Durão Barroso é “o líder mais autonomista que o PSD teve.»

No seu discurso, Alberto João - como é sempre carinhosamente tratado pelos madeirenses - abordou quase todos os assuntos da actualidade política, mas sempre numa tónica de defesa dos interesses regionais e da autonomia, que cumpre ao PSD/Madeira defender, sem esquecer o interesse nacional, da Nação, de Portugal, da Pátria. Agradecendo a solidariedade do Partido a nível nacional, Jardim considerou Durão Barroso como “o líder mais autonomista que o PSD teve”, depois de Sá Carneiro, pondo em relevo a coragem e o exemplo de, como disse, “... este homem que teve a coragem de sacrificar o partido para recuperar Portugal”.

Outro dos assuntos que versou, no seu habitual registo directo e muitas vezes duro, foi o das próximas eleições europeias, apelando aos votantes PSD, «o único partido que tem um madeirense elegível», pois considerou «uma falta de respeito» o PS «pegar nas mesmas pessoas» que «tanto mal fizeram a este país» e incluí-las na lista de candidatos ao Parlamento Europeu.

Recordou, por exemplo, que foi «Sousa Franco quem disse que o Governo socialista [no 2.º mandato] era o pior Governo do País desde o reinado de D. Maria I e, de repente, é o cabeça de lista da pior corte desde D. Maria I». Lembrou ainda que António Guterres, «no dia da angustiada partida», declarou que se «ia embora porque isto tinha-se transformado num pântano», e afinal, «o que é que eu vejo? Vejo que todos os “pantaneiros” estão metidos na lista do PS», concluiu. As críticas alargaram-se a Mário Soares, «do qual não aceita lições de democracia», e a António José Seguro, por julgar que «dá ordens à Madeira» ao dizer que, agora, o «contencioso das autonomias está encerrado». Mas «não está», reiterou. O PS é, ainda, o «responsável» pelos «males» do passado, do presente e do futuro por «travar» a reforma constitucional necessária a Portugal num quadro de Europa alargada.



Aliás, «esses senhores [do PS] começam a entrar numa fase perigosa. Eles, tal como os fundamentalistas islâmicos, olham para a Constituição Portuguesa numa atitude religiosa», referiu. «O país vai para o fundo mas...como vai ser bom /.../ morrer confortável com todos os sacramentos da Constituição», disse, quase a terminar.

O Encerramento do Congresso com Durão Barroso

O encerramento do Congresso foi marcado pela presença do Presidente Nacional do Partido, José Manuel Durão Barroso.

Recebido com grande entusiasmo e aplausos que não terminavam, Durão Barroso afirmou que, para o partido, “a autonomia está sempre na ordem do dia”.

“A autonomia é um direito dos madeirenses e dos açorianos, a autonomia é a expressão de homens e mulheres livres que querem ser portugueses afirmando a sua identidade própria”, disse, ao lembrar que a autonomia é uma bandeira dos social-democratas nos 30 anos de existência do partido.

Depois de afirmar que “a autonomia é a forma de afirmar o patriotismo de Portugal no Atlântico”, Durão Barroso endereçou, na qualidade de líder do PSD, um “obrigado” a Alberto João Jardim, “por tudo aquilo que fez pela social-democracia nestes anos”, e um outro “obrigado”, na qualidade de Primeiro-Ministro, “por tudo aquilo que fez por Portugal, porque ao servir a Madeira está a servir Portugal”.

Já a terminar, Durão Barroso apelou ainda ao voto nas eleições de 13 de Junho e lembrou que o PSD é o único partido a ter candidatos elegíveis ao Parlamento Europeu pelas Regiões Autónomas. - **Fontes: Lusa, DN, Público. Fotos: gabinete Imprensa PSD/Madeira**

Guilherme Silva, na Assembleia da República, destaca o X Congresso do PSD/Madeira

No dia 12, o líder parlamentar do PSD e deputado eleito pela Madeira, Guilherme Silva, teve uma intervenção na Assembleia da República sobre o X Congresso do PSD regional, que pela sua relevância e ligação directa com esta notícia, extraímos da nossa secção “Parlamento” e aqui deixamos quase na íntegra. Afirmou Guilherme Silva:

(...) «Realizou-se no Funchal, nos passados dias 7, 8 e 9 do corrente mês de Maio, o X Congresso do PSD-Madeira.

«A importância de tal acontecimento e a sua especial relevância para o futuro da Região Autónoma da Madeira extravasa, a vários títulos, o âmbito regional, como extravasa o âmbito partidário, justificando que dele se dê adequado eco nesta Câmara, sede da mais ampla representação nacional e casa mãe da Democracia.

X Congresso do PSD/Madeira (Conclusão)

Confirmado o conjunto de compromissos assumidos na Revisão Constitucional

(...) «Conscientes do crescente divórcio entre os cidadãos e a política, preocupados com o fosso que, por toda a parte, se vem acentuando entre os eleitores e as suas instituições públicas e as organizações partidárias, cientes de que o aumento da abstenção, em sucessivos actos eleitorais, corrói a Democracia e revela uma cada vez maior indiferença dos cidadãos em geral relativamente à classe política, fizemos um congresso aberto à sociedade civil.

«Pese embora tais fenómenos, apesar de tudo, terem na Região menor dimensão do que no resto do País (fomos a Região com menor abstenção nas últimas eleições europeias), não hesitámos em abrir as nossas portas a quantos, dos mais qualificados nos diferentes sectores de actividade, independentes e até com outras opções políticas e ideológicas, quiseram contribuir, com a sua reflexão, com a sua experiência e com as suas propostas, para o futuro da Região Autónoma da Madeira, face aos enormes desafios que se colocam neste novo milénio.

«Durante todo o dia de sexta-feira, e até bastante tarde, realizaram-se em simultâneo 19 painéis com debates sectoriais, abrangendo áreas tais como: cultura e património; saúde e protecção civil; finanças regionais; agricultura; educação, formação e desporto.

«Abrangeram-se também as seguintes áreas: juventude; recursos naturais, ambiente, florestas, saneamento básico, água e urbanismo; sociedade de informação; acessibilidade e transportes; Administração Pública e Modernização; Comunidades Madeirenses; Poder Local, Organização e Ordenamento do Território; Autonomia, Evolução Constitucional e integração europeia.

«Estes foram, entre outros, alguns dos temas dos debates sectoriais com a sociedade civil.

(...) «Momento alto do X Congresso do PSD Madeira foi o da presença unificadora e a estimulante intervenção do Presidente do PSD, dr. Durão Barroso.

Durão Barroso cumpriu as suas promessas autonómicas

«Importa, aliás, salientar que o Presidente do PSD, honrando um passado, que constitui apanágio do PSD e vem desde Francisco Sá Carneiro, de apoio expresso à Autonomia Regional, pôde ali, de cabeça levantada, confirmar o conjunto dos compromissos que assumiu perante o Congresso do PSD-Madeira, de há quatro anos, em matéria de Revisão Constitucional, ou seja, o aprofundamento das competências legislativas regionais e a extinção do cargo de Ministro da República.

(...) «Sabemos bem que a Democracia e a Autonomia realizam-se, assegurando às populações maior bem-estar económico e social e melhor acesso à saúde, ao ensino, à cultura, aos Tribunais e ao Direito, tendo nesta área regionalizada, recentemente, em cooperação com o Governo da República, os Serviços de Registo e do Notariado.

«Fizemos a consciente opção de nos integrarmos, de pleno, com o resto do País, na União Europeia, porque quisemos garantir às populações da Madeira e do Porto Santo o acesso a padrões de vida similares aos dos Países mais avançados da Europa, mas não nos acomodamos a quaisquer soluções, como definitivas, se não forem, no futuro, as melhores para a Região e para o País.

«É esse o nosso défice – o que nos distancia ainda dessas sociedades – défice



que queremos continuar a combater, em liberdade e em diálogo com todos os que sintam esta luta como sua, mas sem querelas inúteis, que a todos nos desgastam e nos desacreditam, interna e externamente.

«Penso que ninguém de boa fé, pode deixar de reconhecer que a autonomia política insular constitui uma das mais conseguidas e realizadas conquistas da nossa Democracia.

«Como se me afigura indesmentível, que o Partido Social-Democrata, pelas responsabilidades de Governo que teve na Região Autónoma da Madeira, nos últimos vinte e cinco anos, tem sido, com a ajuda dos homens e mulheres da Madeira e Porto Santo, o principal obreiro da modernização ali levada a cabo, bem como da consolidação da autonomia regional e da afirmação, interna e externa, dos

seus órgãos de Governo próprio.

«Os madeirenses sabem que o PSD não tem complexos em matéria de Autonomia e, por isso, desde sempre, tem sido e continua a ser o Partido que nela mais se tem empenhado, convictamente crente de que essa é a forma de melhor construir e afirmar Portugal no Atlântico e lamento que, por obstrução do Partido Socialista não se tenha ido mais longe na última Revisão Constitucional, designadamente criando um círculo próprio para o Parlamento Europeu e um círculo da emigração para a Assembleia Legislativa.

«O respeito pela identidade e pela cultura insular, ou seja, pelo nosso direito à



diferença, só enriquece o Portugal que somos, no quadro de um Estado Unitário Regional, subordinado à Constituição e em que a Autonomia tem como limite, sempre inultrapassável, a unidade nacional, que queremos cada vez mais reforçada.

«É neste caminho, de estabilidade, de justiça social, de subordinação intransigente dos interesses económicos e de grupos, ao superior interesse público e em recíproca compreensão e solidariedade com todos os portugueses, que queremos continuar e vamos continuar!»

- Fonte: PSD/Grupo Parlamentar

Contra os incêndios florestais em 2004

Na zona mais martirizada o Primeiro Ministro apresentou o Plano de prevenção e combate

Em Proença-a-Nova, no Aeródromo das Moitas, o Primeiro-Ministro, presidiu à cerimónia de apresentação do Dispositivo de Prevenção e de Combate a Incêndios Florestais 2004, acompanhado além de Sevinate Pinto, da Agricultura, e de Figueiredo Lopes, da Administração Interna, dos ministros da Defesa, da Justiça, Ambiente e Segurança Social, querendo significar, pela extensão e composição da comitiva, o grande entrosamento de todo o Executivo, no problema dos fogos.

Na cerimónia, registaram-se palavras de boas vindas do presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, e intervenções do Almirante Alves Correia, dos ministros da Agricultura e da Administração Interna, e ainda do presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil. Finalmente, o Primeiro-Ministro apresentou o Plano e a cerimónia terminou com uma demonstração de um grupo especial de intervenção helitransportado.

Mais tarde, o Primeiro-Ministro inaugurou a Estalagem das Amoras, em Proença-a-Nova e participou num almoço oferecido pela Câmara.

Segundo afirmações proferidas no local por Durão Barroso, «Portugal está a fazer o maior investimento na prevenção e combate aos fogos florestais de que há memória». O Governo investiu 40 vezes mais do que no ano passado, num total superior a 113 milhões de euros, sendo 80 milhões destinados à prevenção. Nos bombeiros e Protecção Civil foram investidos 33 milhões de euros, nomeadamente em viaturas e meios aéreos, tendo sido recuperadas 40 viaturas e compradas 20.

Quanto a meios humanos, mais de 13.000 pessoas vão estar este ano envolvidas na prevenção e combate aos incêndios florestais. No que respeita ao processo de reflorestação da área ardida em 2003, que já se encontra em curso, deverá custar entre 150 e 200 milhões de euros.

Portugal terá assim, este ano, 38 aviões e helicópteros para combater os incêndios florestais.



de comandantes de bombeiros, em França.

As despesas com incêndios florestais no período de calamidade pública (4.836.460 euros) foram inventariadas e foram feitas auditorias técnicas aos corpos de bombeiros para identificar necessidades de material.

Em breve estarão formados mais 80 comandantes operacionais de bombeiros e em fase de conclusão estão também os planos nacional e distritais de combate a incêndios florestais, a activar já no primeiro dia de Junho e que consta de duas fases. Na primeira – dia 1 a 30 de Junho - estarão em permanência na prevenção e luta contra incêndios, 1.272 bombeiros, passando na segunda fase ,entre Julho e finais de Setembro, para 3.637.

Até ao Verão serão ainda activadas 12 bases de apoio logístico, para garantir o apoio permanente a meios e grandes operações.

A médio prazo o governo prepara-se também para introduzir a questão dos incêndios florestais nos currículos educativos, utilizar imagens de satélite (do National Oceanic and Atmospheric Administration) para acções de monitorização, criar uma nova base de dados para informação e gestão de ocorrências e fazer planos de reequipamento dos corpos de bombeiros períodos de três anos.

Na primeira fase, chamada de “nível Alfa”, haverá 138 grupos de primeira intervenção, 31 grupos de apoio e 169 veículos.

Na segunda fase, ou “nível Bravo”, haverá 604 grupos de primeira intervenção, 191 grupos de apoio e 795 veículos.

Prontos para qualquer emergência estão também 2 helicópteros durante todo o mês de Junho, passando a 38 os meios aéreos disponíveis nos meses de Julho, Agosto e Setembro.

A estratégia global de combate aos incêndios, conforme apresentada por Durão Barroso, numa das zonas mais afectadas pelos fogos do Verão passado, levou o Primeiro-Ministro a garantir que nunca como este ano Portugal esteve tão preparado para fazer face aos fogos florestais.

Durão Barroso destacou o esforço de investimento, tanto na prevenção como no combate, feito este ano.



Depois de o Verão passado ter sido o pior de todos os que há registos em matéria de incêndios, com cerca de 420 mil hectares de área ardida, o Governo, entre outras medidas, lançou um concurso para a contratação de mais dois helicópteros pesados e criou um centro especializado em fogos florestais, na Lousã.

O dispositivo de combate a incêndios florestais para este ano, assenta no “mapa de risco potencial de incêndio florestal” e o plano já financiou a formação

Não há memória, em Portugal, de tão vultuosos investimentos em prevenção

“Não há memória, investimos 64 milhões de euros só na silvicultura preventiva, no total são 80 milhões de euros só para a prevenção”, referiu.

Também o dispositivo de vigilância, acrescentou, “é o mais vasto alguma



Contra os incêndios florestais em 2004 (Conclusão)

Níveis «Alfa» e «Bravo» mobilizam 604 grupos de intervenção 191 de apoio e 795 veículos

vez montado” com mais de 10 mil pessoas em todas as áreas de maior risco.

Quanto ao combate aos fogos, o primeiro-ministro afirmou que foram corrigidos problemas detectados no ano passado e que se investiram 33 milhões de euros no reequipamento do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

“Todo o Governo, não só o ministro da Agricultura e o ministro da Administração Interna, está mobilizado”, disse Durão Barroso lembrando que “Nenhum governante pode garantir segurança absoluta, mas garanto que estamos a dar o máximo”, frisou Durão Barroso, acrescentando querer que os portugueses saibam que “o Governo está a investir como nunca se fez em Portugal”.

Lembrando o “choque nacional que foram os incêndios florestais em 2003”, Durão Barroso considerou que Portugal enfrentou a tragédia “com meios e técnicas que há décadas não eram actualizados” e exemplificou com a reforma florestal da qual há décadas se falava e só agora é que se iniciou.

Pedindo que não se faça do combate aos incêndios uma “luta política mesquinha” como “por vezes há tendência para fazer”, Durão Barroso considerou fundamental a colaboração de todos, no que apelidou de uma tarefa “verdadeiramente patriótica”.

O combate aos fogos não é uma responsabilidade apenas do governo, mas também dos cidadãos, sublinhou o Primeiro-Ministro, lembrando que Portugal é dos países do mundo onde há mais incêndios por negligência e crime de fogo-pôsto. –

Fontes: Portal do Governo e Lusa. Fotos: Paulo Novais, Lusa



O Secretário de Estado da Saúde assinou, em Cabo Verde, mais um protocolo de colaboração, na área da Medicina Transfusional.



O Secretário de Estado da Saúde, Carlos Martins, esteve recentemente em Cabo Verde, para participar nas Primeiras Jornadas Luso-Africanas de Medicina Transfusional, no âmbito da cooperação com aquele país, em matéria de Saúde e na ocasião assinou um Protocolo de Cooperação na Área da Medicina Transfusional, entre a Direcção-Geral da Saúde de Cabo Verde e o Instituto Português do Sangue.

Nas palavras que proferiu, nesse acto, Carlos Martins teve a oportunidade de fazer um balanço actualizado da forma como está a decorrer a cooperação do seu sector com Cabo Verde e a dada altura, afirmou: «Tive há 3 meses atrás, a oportunidade de visitar diversas estruturas Sanitárias e Hospitalares, apercebendo-me do caminho que deveríamos trilhar no campo político, formativo, técnico e científico entre ambos os Países, neste novo milénio, pleno de desafios para a cooperação entre Portugal e Cabo Verde.

(...) «Na área das Instalações e Equipamentos tivemos recentemente a aprovação das linhas de financiamento que permitem concretizar as actividades constantes do Projecto de Cooperação, em vigor.

Decorre neste momento a preparação da desmontagem, embalagem e transporte das duas incineradoras, contributo tido como essencial para a área Ambiental e para a Política de Resíduos Hospitalares em Cabo Verde.

(...)«Na área da Emergência /.../ estaremos em condições para, em Outubro, operacionalizarmos o apoio aos Planos de Emergência Aeroportuárias e para iniciarmos as acções de formação em transporte intra-hospitalar, evacuações e actividade de emergência médica.

«As 1^{as} Jornadas Luso-Africanas de Medicina Transfusional são mais um passo neste caminho de cooperação, de parceria e de reforço dos laços de amizade entre povos e profissionais que falam a Língua Portuguesa. E hoje, agora, acabamos de fechar o dossier anexo à Carta de Intenções, com a assinatura destes dois Protocolos.

(...) «A assinatura do Protocolo de Cooperação entre as Direcções Gerais de Saúde de Cabo Verde e de Portugal é um dos mais importantes actos realizados no âmbito das relações bilaterais entre os dois Estados. Para além de darmos continuidade ao muito que de bom, e bem, vinha sendo realizado anualmente, reforçamos os projectos em curso /.../ e, de forma também inovadora, mas que demonstra o empenho político do Governo, do Ministério e de mim próprio, anexamos a este Protocolo um Plano de Acção com a adequada calendarização, consensualizada entre ambas as partes, assim como com a quantificação de recursos e objectivos, até 31 de Dezembro.

(...)Já a terminar, o Secretário de Estado fez a oferta, ao Hospital Baptista de Sousa, de um bisturi eléctrico de última geração, para a Cirurgia Geral e Especial, como sendo «... uma forma de vos dizer obrigado e de marcar este dia tão importante para a secular relação entre ambos os Povos e para a proficua, excelente, cooperação entre ambos os Países e os seus Dirigentes. Obrigado!» - **Gab. Press. Sec. Est. Saúde**

Debate de urgência no Parlamento

Carlos Tavares na Assembleia da República

No debate de urgência sobre venda de empresas a entidades estrangeiras, realizado no dia 5 na Assembleia da República, a pedido do PCP, após a intervenção de abertura do partido agendador do debate, proferiu a sua intervenção de fundo o. Ministro da Economia, Carlos Tavares, que disse agradecer ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a oportunidade de fazer este debate, porque, disse:

«Esta forma poderá esclarecer as suas dúvidas no local próprio, em lugar da manipulação fácil da opinião pública na comunicação social ou, mesmo, na rua, porque desta forma fica moralmente obrigado a apresentar as suas soluções, as suas alternativas, em lugar de simplesmente estar contra tudo e contra todos, porque este é um assunto muito sério e um dos casos mais evidentes em que a esquerda, e o Partido Comunista em particular, não podem pretender ter o monopólio da defesa dos interesses dos trabalhadores e do País.

«No pedido que me foi apresentado para realizar este debate, o Partido Comunista invoca vários motivos que, confesso, confundem qualquer um.

«Primeiro, que é preocupante a venda de empresas nacionais de capital privado a estrangeiros. O PCP não aceita nem reconhece autonomia aos empresários para estabelecerem as suas estratégias de negócio e disporem dos seus bens.

«Depois, mostra-se preocupado com a saída de empresas estrangeiras de Portugal e com a diminuição do investimento estrangeiro. O PCP não sabe se é contra ou a favor da presença de capital de outras países.

«O PCP diz que estão a ser postos em causa centros de decisão nacionais, mas é contra os grandes grupos económicos e repudia as privatizações. Ou seja, em cinco parágrafos: o Partido Comunista confunde o papel do Estado com o papel das empresas, a defesa dos interesses dos trabalhadores com agitação política e competitividade com intervencionismo.

«No fundo, para o PCP ter empresas com capital estrangeiro é mau; ter empresas estrangeiras a sair de Portugal é mau; ter empresas estrangeiras a virem para Portugal é mau; ter empresas estrangeiras que não querem investir em Portugal é mau. E com esta ideia sempre subliminar para o PCP tudo o que mexe deslocaliza-se. E onde vê a palavra «deslocalização» o PCP apressa-se a agitar.

«Mas para todos estes males, o PCP adiantou, desde logo, uma solução miraculosa: penalizar fiscalmente os empresários beneficiários das operações de venda de empresas a estrangeiros. Estranha solução, Srs. Deputados, para um País da União Europeia que, para além das regras que tem de respeitar neste contexto, preza os valores da liberdade e da livre iniciativa!.

«Não nos surpreende a hostilidade do PCP às privatizações, o contrário é que seria de admirar, já que o seu afecto pelas nacionalizações sempre foi de uma coerência exemplar.

«O que nos surpreende é o facto de não ter compreendido ainda que Portugal é hoje um país da União Europeia e da zona euro, opções democráticas e legítimas, tomadas de forma inequívoca e reiterada. O que nos surpreende é a incoerência da sua preocupação com a alegada diminuição do investimento directo estrangeiro e a sua frontal hostilidade a toda e qualquer forma de capital estrangeiro em Portugal, diria mesmo a toda e qualquer forma de capital.

«O que nos surpreende é que o PCP se mostre tão preocupado com o desemprego e, simultaneamente, esteja contra as políticas de promoção do investimento privado nacional e estrangeiro, a única maneira de criar emprego de forma sólida e sustentada.

«Mas na verdade, nada disto nos devia surpreender, porque o modelo económico que o Partido Comunista defende é bem diferente do nosso, porque, como a restante oposição, na sofreguidão de atacar as políticas do



Governo, defende, simultaneamente, uma coisa e o seu contrário e não apresenta qualquer alternativa credível.

«Nunca negámos que as empresas e os trabalhadores portugueses passaram um período difícil nesta fase negativa do ciclo económico mundial. Infelizmente, a longa fase de expansão anterior não foi aproveitada para fazer as políticas e as reformas que teriam permitido tornar a economia portuguesa mais competitiva. Tivemos de o fazer em circunstâncias adversas, porque prosseguir a política anterior ou adiar as reformas seria comprometer definitivamente o futuro. E foi a pensar no futuro de Portugal que governámos nos últimos dois anos. Com objectivos simples: dar aos portugueses um nível de rendimento semelhante ao dos seus concidadãos europeus. Com as políticas

necessárias: pondo as contas públicas em ordem e levando a cabo uma aprofunda reforma económica voltada para a competitividade das empresas. Com metas intermédias claras: aumentar significativamente a produtividade, o investimento e as exportações.

«É este o nosso modelo: produzir mais mas, principalmente, produzir melhor; ter mais emprego, mas ter, também, melhor emprego. Estamos seguros de que esse será o resultado das nossas políticas. Mesmo num período difícil, os investidores compreenderam a mudança que está a ocorrer num ambiente de negócios em Portugal. Em 2003, os contratos de investimento celebrados pelo IAPMEI e pelo Instituto do Turismo ascenderam a 1200 milhões de euros. A Agência Portuguesa para o Investimento (API) assinou contratos de investimento de montante semelhante, ou seja, são mais de 2400 milhões de euros de investimento novo que está em curso e cujos efeitos se vão reflectir, em pleno, no futuro próximo.

«Já no primeiro trimestre de 2004, o IAPMEI assinou contratos no valor de 100 milhões de euros, enquanto os celebrados pela API, até Abril, ascenderam a 159 milhões de euros. Só estes últimos permi-tirão criar 952 novos postos de trabalho e manter mais 1274.

«Os contratos assinados pelo IAPMEI e pela API, só em 2003, vão levar à criação de mais de 9000 postos de trabalho e à manutenção de muitos mais. Aliás, os resultados hoje mesmo divulgados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, que apontam uma baixa do desemprego registado de 1,9% no passado mês de Abril, são já um sinal claro de que os efeitos da viragem começam, efectivamente, a surgir.

«A criação de empresas em 2002 e nos três primeiros trimestres de 2003 excedeu, senhor deputado Lino de Carvalho, em quase 40 000 a dissolução de sociedades no mesmo período. Ou seja, em cada dia útil dos dois últimos anos apareceram mais cerca de 90 empresas em Portugal.

«Particularmente notável é o facto de 25% da criação líquida de empresas se ter situado em serviços de conhecimento intensivo e de alta tecnologia. Estes são factos, não são suposições nem afirmações sem fundamento e mostram que, apesar das dificuldades, o tecido empresarial está vivo e que o futuro só pode ser melhor.

«Apostamos na produtividade em recursos humanos mais qualificados»

«Os investimentos contratados, mais do que a quantidade, reflectem uma clara subida da qualidade do investimento em Portugal. As empresas que estão a investir em Portugal são mais e melhores do que as que inevitavelmente estão a sair do mercado. Muitas destas estão a procurar outros países, exactamente pelas mesmas razões por que procuraram Portugal, há 20 ou 30 anos atrás: sobretudo, em busca da mão-de-obra barata



Debate de urgência no Parlamento (Conclusão)

Num período difícil os investidores compreenderam a mudança em curso

e pouco qualificada.

«Não é este nem poderia ser hoje o nosso modelo. Apostamos na produtividade em recursos humanos mais qualificados e com melhores salários. Acreditamos nos empresários portugueses e na força do sector privado para colocar a economia portuguesa no lugar a que tem direito.

«Por isso, estamos a reduzir o peso do Estado na economia, com um programa de privatização ambicioso, mas realista, e que salvaguarda os interesses nacionais. Não estamos a limitar-nos a vender empresas. Estamos a conduzir os processos de privatização, tendo em conta a necessidade de reestruturação de empresas e de sectores essenciais da nossa economia.

«Estamos a definir formas de privatização que dêem oportunidade de reforço dos grupos económicos nacionais e que contribuam para a manutenção dos centros de decisão em Portugal sempre que isso se revele essencial.

«Estamos a criar condições para o reforço da solidez e da competitividade das empresas privatizadas, a melhor forma de preservar os interesses dos investidores nacionais.

«Temos muitos casos de sucesso empresarial e o seu número é, felizmente, crescente. A oposição, todavia, prefere destacar os insucessos e alimentar a descrença e o pessimismo, mas os portugueses sabem que é possível quebrar o ciclo vicioso da baixa produtividade e dos baixos rendimentos, sabem que não há nada que os impeça de ser tão bons como os melhores, sabem que Portugal é capaz e vai vencer.»



O diálogo entre o Ministro e os Deputados

Seguiu-se o período de perguntas ao Ministro, tendo o deputado do PSD, Almeida Henriques, depois de se congratular pelo “tom positivo” da intervenção do Ministro, afirmou, dirigindo-se ao partido interpelante: «... as preocupações sociais, as preocupações sobre a deslocalização de empresas são de todos, não são só do Partido Comunista Português» mas que «e obvio que também não esperávamos hoje que houvesse algum ponto de convergência entre nós. Efectivamente, aquilo que nos divide é muito mais do que aquilo que nos une. «O modelo de desenvolvimento económico que defendem nada tem a ver com o modelo de desenvolvimento que nós defendemos. Nós defendemos a iniciativa privada e V. Exas. não a defendem. Nós estamos integrados no mercado comunitário e acreditamos no desenvolvimento de Portugal dentro do mercado da União Europeia e dentro dos princípios que assinámos quando aderimos à União Europeia. Nós defendemos uma economia aberta e que o País se torne competitivo numa lógica de concorrência no mercado mundial. V. Exas. não. Têm com a «política da avestruz», que é «meter a cabeça na areia», fechar as fronteiras e evitar que Portugal se desenvolva.»

Seguiram-se outros deputados dos vários partidos e em seguida Carlos Tavares respondeu à primeira ronda de perguntas, dizendo:

(...) «O emprego é para nós uma questão essencial. Aliás, foi por esta razão

que foi salientado este resultado, que é o primeiro sinal da inversão de uma tendência que nos preocupava, mas pela qual - tenho muita pena, Sr. Deputado! - não somos responsáveis.»

(...) «Ora, esperava que, depois deste longo trabalho que fizemos na reestruturação do sector energético, fossemos saudados por isso ... O que lhe garanto, Sr. Deputado (e o senhor conhece-me bem), é que tudo vai decorrer com perfeita transparência, com igualdade de oportunidades e com rigor técnico e profissional, porque são os únicos critérios que podemos aceitar.

«Para terminar este assunto, e em relação a uma observação do Sr. Deputado Honório Novo sobre a intervenção dos Ministros, gostaria de dizer que o processo que temos em curso não é uma privatização. O processo que temos em curso é simplesmente a venda de uma participação detida por um accionista estrangeiro a outro accionista, com intermediação do Estado, seguindo, aliás, os princípios que os senhores aqui defenderam, de que o Estado deve intervir para defender os centros de decisão nacionais.

«Trata-se, portanto, de uma decisão da competência dos Ministros das Finanças e da Economia, que detêm a tutela da parte pública que vai ser o comprador e o vendedor. Tudo o resto que o Sr. Deputado queira dizer, para mim, é irrelevante!»

E, mais adiante: «Finalmente, quero referir o caso dos combustíveis a propósito das intervenções dos srs. Deputados Lino de Carvalho e Honório Novo. Já no noutro dia, sr. Deputado Honório Novo, na

Comissão de Economia e Finanças, tive ocasião de lhe dizer que temos de ser intelectualmente honestos nos argumentos que usamos. E desculpe que lhe diga, com todo o respeito, o sr. Deputado não está a ser intelectualmente honesto(...) Nos 14 países da União Europeia, excepto Portugal, a gasolina subiu 15%. Subiu 15%! Em Portugal, como sabe, tinha subido no mesmo período cerca de 6%. O gasóleo subiu 9% na Europa. Portanto, sr. Deputado, use os argumentos que quiser, mas use argumentos sérios.»

E mais adiante, referindo uma frase de um deputado do PS, afirmou que «... já agora, também lhe refiro isto: não use o argumento do «campeão de falências» em 2003, porque as falências de 2003 têm a ver com problemas que nasceram antes, em muitos casos, seguramente, alguns anos antes.

«O Sr. Deputado sabe quanto tempo demora a ser decretada uma falência em Portugal e, portanto, ser o «campeão de falências», em 2003, deve-se essencialmente aos problemas que ocorreram uns anos antes e não foi precisa a «deslocalização» do treinador Mourinho para garantir este «campeonato de falências» que, repito, não é da nossa responsabilidade.»

A intervenção do Ministro terminou nesta altura, seguindo-se ainda esclarecimentos do Secretário de Estado e respectivas rondas de perguntas e respostas. Foi sem dúvida um debate importante e que esclareceu dúvidas que a oposição tem lançado para a comunicação social de forma irresponsável e que passam, muitas vezes, como certezas, porque a mesma comunicação não dá relevo às respostas que não deixam de ser dadas pelos responsáveis, como agora o fez no Parlamento o Ministro da Economia. – **Fonte: Relato dos trabalhos da Assembleia.**



SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir no próximo dia 19 de Junho de 2004, pelas 15h00, na sede Distrital de Santarém do PPD/PSD, sita na Calçada Mem Ramires, nº 10, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção;

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Assembleia de Secção, na sede Concelhia do PPD/PSD. As urnas estarão abertas para o acto eleitoral das 15h00 às 17h00.

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Coimbra, para uma Assembleia Eleitoral, a realizar no dia 18 de Junho de 2004 (sexta-feira), pelas 09h00, na sede da Secção de Coimbra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção de Coimbra.

Notas:

As listas devem ser apresentadas na sede da Comissão Política Concelhia de Coimbra nos prazos e condições estabelecidas no Regulamento Eleitoral do PSD, entre as 21h00 e as 23h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral acima referido (terça-feira, 15 de Junho de 2004).

Podem eleger e ser eleitos os militantes que tenham as quotas em dia e que constem do caderno eleitoral.

A votação realizar-se entre as 9h00 e as 24h00.

PÓVOA DO LANHOSO

Ao abrigo do disposto no artigo 50º, nº2 alínea c) dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Lanhoso do Partido Social Democrata, para reunir em Assembleia Eleitoral no próximo dia 25 de Junho de 2004, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

O acto eleitoral, para a Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção, decorrerá em sistema de urna aberta entre as 21h0 e as 23h30.

As listas candidatas aos referidos órgãos, acompanhadas dos documentos de

suporte consignados nos Estatutos do PSD, terão que ser entregues à Mesa da Assembleia de Secção, na sede do PSD da Póvoa de Lanhoso, no dia 23 de Junho de 2004, entre as 21h00 e as 22h30.

O acto de posse decorrerá imediatamente após a contagem dos votos.

NÚCLEO DE ERMESINDE

Ao abri do dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Ermesinde para reunir no dia 7 de Junho de 2004, pelas 21h00, na sede sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 870, Ermesinde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Política;
2. Informações

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoca-se a Assembleia de Secção de Estarreja do PSD, para o dia 2 de Julho de 2004, na sede provisória do PSD Estarreja, na Rua dos Bombeiros Voluntários nº57, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção de Estarreja.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do dia 29 de Junho de 2004.

As urnas estarão abertas entre as 20h00 e as 23h00 do dia 2 de Julho de 2004.

ODIVELAS

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PPD/PSD convoca-se a Assembleia de Militantes da secção de Odivelas, para reunir no próximo dia 3 de Junho de 2004 (quinta-feira), pelas 21h30, na sede de secção, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, 11- c/v dta, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação Política

Nota: Esta reunião contará com a Presença do Dr. Henrique Freitas.

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do Montijo, para reunir no dia 21 de Junho de 2004, na sede concelhia, sita na Praça da República, em Montijo, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: A urna estará aberta entre as 21h00 e as 23h30.

As listas deverão ser entregues na sede concelhia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

ALGUEIRÃO-MEM MARTINS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, bem como dos demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Algueirão- Mem Martins, para reunir no próximo dia 23 de Junho de 2004, quarta-feira, pelas 21h30, na sede da Secção, sita na Rua do Moinho,22, no Algueirão, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, encontrando-se a Sede da Secção aberta para o efeito, naquele dia entre as 21h00 e as 24h00.

As urnas estarão abertas para o acto eleitoral das 21h30 às 24h00.



LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os militantes da JSD/Lousada, para um Plenário desta Secção a realizar no próximo dia 19 de Maio de 2004, pelas 21h00, na Sede do PSD/Lousada, sita na Travessa de S. Sebastião – Silvares - Lousada , com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Apresentação do relatório de actividades e contas do mandato 2003/2004;
- 2- Apresentação e debate das listas candidatas ao mandato 2004/2006.
- 3- Outros assuntos

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os militantes para o Plenário de Secção de Sertã, para reunir no próximo dia 24 de Maio de 2004, pelas 19h30, na Sede do PSD da Sertã, sita na Av. Ângelo Henriques Vidigal, n.º 4 – 2.º, na Sertã, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Actividades a desenvolver;
- 3- Análise da situação política actual;
- 4- Outros assuntos.

LOURES

Ao abrigo ds Estatuts Nacionais da JSD e dos reglamentos em vigor, convocam-se todos os militantes da Secção de Loures da JSD, para o Plenário da Secção, a realizar no próximo dia 21 de Junho de 2004, pelas 20h00m, na sede de secção sita no Parque Residencial do Almirante, lote 15, loja 4, em Sto António dos Cavaleiros com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa de Plenário de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas devem ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede da secção da JSD, nos prazos definidos pelos Estatutos Nacionais da JSD.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

As urnas estarão abertas por 2 (duas) horas.

ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Águeda, para reunir no próximo dia 19 de junho de 2004, pelas 14h00, na sede do PSD de Águeda, sita na Quinta das Oliveiras, nº9, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Eleição da Mesa do Plenário de Secção da JSD de Águeda;
3. Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Águeda.

Nota: As listas terão de ser entregue à Presidente da Mesa do Plenário, em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

As urnas estarão abertas entre as 14h30 e as 16h30.

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Extraordinário da Secção de Sesimbra, para o próximo dia 19 de Junho de 2004, pelas 15h00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua da República, nº 20 – 1.º Esq., com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa, da Comissão Política de Secção e dos Delegados ao Concelho Distrital de Setúbal.

Nota: 1- A votação decorrerá entre as 15h30 e as 18h30.

2- As listas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia de Sesimbra.

CONCELHO DISTRITAL de CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco uma reunião extraordinária do Concelho Distrital da JSD, para o dia 19 de Junho de 2004, pelas 15h00 na Sede Distrital da JSD/ Castelo Branco, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital

NOTAS:

- 1- As urnas estarão abertas das 15h00 às 17h30.
- 2- As listas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

OLEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco uma reunião extraordinária do Plenário da Concelhia de Oleiros da JSD, para o dia 19 de Junho de 2004, pelas 18h00 na Sede Concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política Concelhia;
- 2- Eleição da Mesa do Plenário;
- 3- Eleição dos Conselheiros Distritais.

NOTAS:

- 1- As urnas estarão abertas das 18h00 às 19h00.
- 2- As listas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os militantes da JSD da Secção de Vila Verde, para reunião ordinária do Plenário, a realizar no dia 19 de Junho de 2004, pelas 21h00 na Sede do PSD, sito na Rua 1.º de Maio, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- * Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário de Secção de Vila Verde;

NOTAS:

- As urnas estarão abertas das 21h00 às 22h00.
- As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SANTA MARTA de PENAGUIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os militantes da JSD da Secção de Santa Marta de Penaguião, para reunir no próximo dia 19 de Junho de 2004, pelas 21h00 na Sede do PSD, sito na Rua dos Combatentes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3- Outros assuntos.

NOTAS:

As urnas estarão abertas das 21h30 às 22h30.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.



SECRETARIADO DA SECÇÃO LABORAL DOS BANCÁRIOS

Nos termos da alínea a) do nº3 do Artigo 53º dos Estatutos dos TSD e do nº1 do Artigo 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoco a Assembleia de Secção dos Bancários da AML, para o dia 22 de Junho, das 17H00 às 20H00, a realizar no Hotel Altis, Rua Castilho, nº11 em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único: Eleição do Secretariado da Secção Laboral dos Bancários

NOTA: Nos termos do nº3 do Artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as Listas de Candidatos devem ser apresentadas ao Presidente do Secretariado da Secção, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, nas instalações da Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, 209, em Lisboa.

SECRETARIADO DO NÚCLEO DO BCP

Nos termos da alínea a) do nº4 do Artigo 56º dos Estatutos dos TSD e do nº1 do Artigo 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoco a Assembleia do Núcleo do Grupo BCP, para o dia 22 de Junho, das 17H00 às 20H00, a realizar no Hotel Altis, Rua Castilho, nº11 em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único: Eleição do Secretariado do Núcleo do BCP

NOTA: Nos termos do nº 3 do Artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as Listas de Candidatos devem ser apresentadas ao Presidente da Secção, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, nas instalações da Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, 209, em Lisboa.

SECRETARIADO DO NÚCLEO DA CGD

Nos termos da alínea a) do nº4 do Artigo 56º dos Estatutos dos TSD e do nº1 do Artigo 3º do Regulamento

Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoco a Assembleia do Núcleo do Grupo Caixa Geral de Depósitos, para o dia 22 de Junho, das 17H00 às 20H00, a realizar no Hotel Altis, Rua Castilho, nº11 em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único: Eleição do Secretariado do Núcleo da CGD

NOTA: Nos termos do nº 3 do Artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as Listas de Candidatos devem ser apresentadas ao Presidente da Secção, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, nas instalações da Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, 209, em Lisboa.

SECRETARIADO DO NÚCLEO DO BPI

Nos termos da alínea a) do nº 4 do Artigo 56º dos Estatutos dos TSD e do nº1 do Artigo 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoco a Assembleia do Núcleo do Grupo BPI, para o dia 22 de Junho, das 17H00 às 20H00, a realizar no Hotel Altis, Rua Castilho, nº11 em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único: Eleição do Secretariado do Núcleo do BPI

NOTA: Nos termos do nº 3 do Artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as Listas de Candidatos devem ser apresentadas ao Presidente da Secção, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, nas instalações da Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, 209, em Lisboa.

SECRETARIADO DO NÚCLEO DO GRUPO TOTTA

Nos termos da alínea a) do nº 4 do Artigo 56º dos Estatutos dos TSD e do nº1 do Artigo 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoco a Assembleia do Núcleo do Grupo TOTTA, para o dia 22 de Junho, das 17H00 às 20H00, a realizar no Hotel Altis, Rua Castilho, nº11 em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único: Eleição do Secretariado do Núcleo do Grupo TOTTA

NOTA: Nos termos do nº 3 do Artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as Listas de Candidatos devem ser apresentadas ao Presidente da Secção, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, nas instalações da Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, 209, em Lisboa.

SECRETARIADO DO NÚCLEO DO BES

Nos termos da alínea a) do nº 4 do Artigo 56º dos Estatutos dos TSD e do nº1 do Artigo 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoco a Assembleia do Núcleo do Banco Espírito Santo, para o dia 22 de Junho, das 17H00 às 20H00, a realizar no Hotel Altis, Rua Castilho, nº11 em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único: Eleição do Secretariado do Núcleo do BES

NOTA: Nos termos do nº 3 do Artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as Listas de Candidatos devem ser apresentadas ao Presidente da Secção, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, nas instalações da Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, 209, em Lisboa.

SECRETARIADO DO NÚCLEO DO BANCO DE PORTUGAL

Nos termos da alínea a) do nº 4 do Artigo 56º dos Estatutos dos TSD e do nº1 do Artigo 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoco a Assembleia do Núcleo do Banco de Portugal, para o dia 22 de Junho, das 17H00 às 20H00, a realizar no Hotel Altis, Rua Castilho, nº11 em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único: Eleição do Secretariado do Núcleo do Banco de Portugal

NOTA: Nos termos do nº 3 do Artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as Listas de Candidatos devem ser apresentadas ao Presidente da Secção, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, nas instalações da Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, 209, em Lisboa.

SECRETARIADO DO NÚCLEO DO MONTEPIO GERAL

Nos termos da alínea a) do nº 4 do Artigo 56º dos Estatutos dos TSD e do nº1 do Artigo 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoco a Assembleia do Núcleo do Montepio Geral, para o dia 22 de Junho, das 17H00 às 20H00, a realizar no Hotel Altis, Rua Castilho, nº11 em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único: Eleição do Secretariado do Montepio Geral

NOTA: Nos termos do nº 3 do Artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as Listas de Candidatos devem ser apresentadas ao Presidente da Secção, até às 22H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, nas instalações da Distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, 209, em Lisboa.

No Seixal, Leonor Beleza e Ana Zita Gomes falam sobre “Mulheres e a Política”



A Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD organizou um jantar/debate sobre o tema “As Mulheres e a Política”, que contou com a presença da Vice-Presidente da Assembleia da República, Leonor Beleza, e da Secretária-Geral da JSD, Ana Zita Gomes.

Uma iniciativa onde militantes e simpatizantes tiveram oportunidade de ouvir e debater a temática, e constatar as dificuldades que as mulheres tiveram ao longo dos tempos em se afirmar na sociedade como membros de pleno direito e de igual valia.

Estas dificuldades, do ponto de vista das oradoras convidadas, durante as suas brilhantes intervenções, só podem ser combatidas assumindo-se que também as Mulheres merecem o reconhecimento do seu empenho profissional, social e familiar, pelo que o estigma que ainda existe hoje tem de ser ultrapassado com coragem e determinação.

Leonor Beleza e Ana Zita Gomes deixaram as suas experiências pessoais e não se coibiram de reforçar a importância da equidade na actividade política e profissional.

Nesta iniciativa estiveram também a Governadora Cível de Setúbal, Maria Mercês Borges, e o Presidente da Distrital do PSD, Luís Rodrigues.

JSD/Madeira e JSD/Lisboa respondem a Pacheco Pereira

Respostas duras obteve o Eurodeputado Pacheco Pereira por parte de Jaime Filipe Ramos e Sérgio Azevedo, respectivamente os líderes da JSD/Madeira e JSD/Lisboa.

Tendo defendido a extinção da JSD, José Pacheco Pereira motivou de vários quadrantes da instituição reações de indignação, visto serem frequentes os seus ataques à estrutura que tão generosamente o apoiou na sua caminhada para o Parlamento Europeu.

Já havíamos notado que José Pacheco Pereira não tinha preocupações em ser respeitado pela sua coerência nem particularmente estimado pelos militantes do Partido. O que não sabíamos é que nem sequer tinha preocupações em ser justo.

Em resposta às acusações de pretenso carreirismo da JSD formuladas pelo eurodeputado que a Jota ajudou a eleger, no comunicado da JSD/Lisboa podia ler-se o seguinte trecho: «Serão, como V.Exa afirmou, carreiristas Nuno Morais Sarmiento, José Luis Arnaut, Miguel Relvas, Carlos Coelho (seu colega Eurodeputado), Jorge Moreira da Silva (Ex Eurodeputado), Pedro Santana Lopes, Pedro Pinto, Carlos Pimenta, Pedro Passos Coelho, Marco António Costa, Pedro Duarte, Herminio Loureiro, Nuno Freitas, Gonçalo Capitão, Miguel Coleta, José Eduardo Martins, entre tantos outros?»

JSD Almeirim debate Europa com Graça Moura e Regina Bastos

Os Eurodeputados do PSD Vasco Graça Moura e Regina Bastos são os oradores principais de uma acção sobre europeias, da responsabilidade da JSD e do PSD de Almeirim.

A iniciativa tem lugar no Auditório da Biblioteca Municipal local, no dia 19 (quarta-feira) pelas 21h30m subordinado ao tema.

Estará igualmente prevista a presença de João Moura Rodrigues.

Um debate a não perder.

Revista de Imprensa da JSD/Águeda

A JSD de Águeda, divulgou no passado dia 8 de Maio a sua compilação de referências na comunicação social.

Este é um trabalho do Gabinete de Imprensa da Secção, que muito tem contribuído para o incentivo da CPS em prosseguir com as suas várias iniciativas.

Pedro Duarte em Pré-Campanha Eleitoral



O candidato da JSD ao Parlamento Europeu, o companheiro Pedro Duarte, tem já marcadas algumas acções (de pré-campanha e pedagógicas) no âmbito de matérias europeias.

Da agenda destacamos:

- Dia **19 de Maio**, 20.30h -
Universidade Católica (Lisboa),
Debate com estudantes

- Dia **20 de Maio**, 21.30h -

Valongo, Conferência da JSD/Porto

- Dia **24 de Maio**, 10.00h - Seminário da UGT (Torres Novas), Debate com Sérgio Sousa Pinto

JSD/Terceira reúne com a Junta de Freguesia das Fontinhas

Dando continuidade ao programa de reuniões com as Juntas de Freguesia da Ilha que a JSD/Terceira está a realizar, uma delegação da estrutura, liderada pelo seu presidente, Berto Cabral, reuniu sexta-feira, dia 14 de Maio, com a Junta de Freguesia das Fontinhas.

Da conversa estabelecida com o presidente da Junta de Freguesia, a JSD/Terceira tomou conhecimento da importância que assume a resolução de diversos problemas de habitação, nos quais a Junta muito se tem empenhado. Neste âmbito, o autarca refere diversas dificuldades relacionadas com a legislação vigente e a necessidade de serem desburocratizados alguns processos.

Foram inúmeros os pontos críticos referidos pelo responsável pela Junta, dando à JSD/Açores um ânimo cada vez maior de ganhar para o PSD a gestão do arquipélago, tão mal entregue que foi às mãos socialistas.

A JSD do Continente, em especial a CPN, incentiva a Jota açoriana a não baixar os braços neste combate que é de um País inteiro!

“Telecomandos, ratos e votos”, Nova obra de Gonçalo Capitão

O Deputado da JSD Gonçalo Capitão apresentou no passado dia 11 de Maio, na biblioteca do Parlamento, a sua obra “Telecomandos, ratos e votos”.

Tendo por subtítulo “A videodemocracia e as crises da participação e da representação”, o livro da Editorial Notícias encerra a sua tese de Mestrado, orientada pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

A sessão de apresentação teve como oradores o Presidente da Assembleia da República, João Bosco Mota Amaral, a Jornalista Fátima Campos Ferreira, o Deputado Vicente Jorge Silva e Marcelo Rebelo de Sousa, o prefaciador da obra.

O papel da comunicação social, a emergência das novas formas de participação na vida pública, os desvios e perigos do mau jornalismo e a relevância das novas tecnologias na participação política do futuro são alguns dos assuntos abordados pelo Deputado da JSD, recentemente reconduzido nas funções de Vice-Presidente da Bancada Parlamentar do PSD.

A sessão foi muito participada, sendo de registar as presenças dos Ministros Luis Marques Mendes, Pedro Roseta e Maria da Graça Carvalho, de vários Secretários de Estado, de todos os Deputados da JSD, do Presidente, da Secretária-Geral e da maioria dos Vice-Presidentes da CPN/JSD, da Presidente do CJN e de inúmeros dirigentes nacionais e distritais da JSD (nomeadamente de Lisboa, Setúbal e Área Oeste).

Recordamos que esta não é a primeira obra de Gonçalo Capitão, tendo participado no livro “Os Sistemas de Governo Mistos e o Actual Sistema Portugal”, com assinatura do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Pedro Santana Lopes.



JSD/Montijo promoveu tarde desportiva

No âmbito da aproximação com as escolas do concelho, a JSD Montijo promoveu no dia 16 de Maio, no Pavilhão Desportivo N.º 2, o 1.º Torneio de Futsal entre as Escolas Secundárias N.º 1 e 2 e a Escola Profissional.

O intuito deste evento não foi apenas alargar e promover o convívio entre os jovens do concelho mas também divulgar aos próprios alunos o resultado do recente e detalhado estudo sobre as condições do ensino secundário local que a JSD Montijo realizou.

CPD/Algarve responde a José Apolinário

Sem se saber muito bom com que razão (tirando a ambição irrazoável), o Deputado socialista José Apolinário teceu críticas à gestão que os executivos social-democratas têm praticado em Loulé e Faro.

A CPD/JSD saiu em defesa dos nossos autarcas, emitindo um comunicado que ainda não teve reacção por parte do PSD local.

No texto podia ler-se: “A CPD/Faro acredita que os Executivos Municipais de Faro e Loulé são os que melhor podem perseguir o ideal de progresso. Falta saber, até pelas poucas provas dadas que tem, quais os ideais de promoção para o Algarve que persegue o Sr. Deputado Apolinário e que motivam a sua contestação à promoção apresentada, essa sim, com resultados evidentes.”

JSD/Braga apoia voluntariado

Inserido num ciclo de encontros e iniciativas que pretende levar a cabo junto da sociedade civil e ligada aos jovens do município, a Comissão Política de Secção da JSD Braga promoveu uma reunião com a responsável pelo Voluntariado da Cruz Vermelha local.

O encontro, que se realizou na Cruz Vermelha em Braga, versou diversos temas, nomeadamente a experiência de vida que o Voluntariado transmite, bem como o facto de muitos jovens nele descobrirem a sua vocação profissional.

A JSD, por intermédio dos seu grupo de Deputados, tem lutado no Parlamento por medidas sobre voluntariado jovem, como temos vindo a noticiar.

Miguel Miranda em intervenção parlamentar

O Deputado da JSD pelo Círculo Eleitoral de Bragança, o companheiro Miguel Miranda, protagonizou uma intervenção parlamentar de defesa da sua região e de ataque cerrado à oposição obstrucionista no seu distrito.

Refere o antigo líder da CPD/JSD-Bragança que se encontra prevista «para terras da Vilaça a barragem do Baixo Sabor, cuja construção constituirá um dos maiores investimentos realizados, no distrito de Bragança. Esta obra é da maior importância para o país e para a região. Se a EDP quer construir e não havendo implicação de esforço nas Finanças Públicas, pergunta-se: a quem tem aproveitado toda esta indecisão e atraso neste projecto vital?»

Fica a questão para uma oposição de “empatas”...

JSD/Aveiro discutiu o Euro

Hermínio Loureiro, Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, foi o convidado especial da Comissão Política Distrital da JSD/Aveiro numa iniciativa destinada a debater o Euro/2004.

Esta prova do calendário da UEFA traz diversas potencialidades ao nosso País, pelo que “Das Expectativas à Realidade do Euro 2004” foi o nome dado à acção. Contamos em breve ter mais dados sobre como decorreu o debate.

Visita do “Premier” irlandês a Lisboa



A candidatura de António Vitorino à presidência da Comissão Europeia e o projecto de Constituição europeia foram os temas principais do encontro que o primeiro-ministro da Irlanda, Bertie Ahern, teve na sexta-feira, em Lisboa, com Durão Barroso.

O chefe do governo do país que actualmente assume a presidência semestral rotativa da UE está a meio da “ronda das capitais” para preparar a reunião de chefes de Estado e de Governo europeus de 17 e 18 de Junho em Bruxelas.

Quanto ao projecto de Constituição europeia, o mesmo foi relançado em Março depois do falhanço do ano passado, tendo a Polónia e Espanha flexibilizado a posição inicial de recusa e um acordo parece possível de alcançar.

Nas reuniões preparatórias da recta final das negociações, Portugal garantiu a extremamente importante inscrição no projecto de Constituição, do princípio da igualdade entre todos os Estados-membros.

No processo decisório, Portugal defende uma maioria de 50 por cento dos Estados-membros que no seu conjunto detêm também uma maioria de 50 por cento da população.

No final da reunião com Bertie Ahern, na residência oficial em São Bento, o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, reconheceu a dificuldade de António Vitorino vir a ser presidente da Comissão Europeia, mas garantiu estar disposto a continuar a apoiar o comissário português.

“Desde o início que sabemos que esta é uma questão difícil, mas continuamos a achar que é uma questão pela qual vale a pena lutar. Achamos que o comissário Vitorino tem, de facto, boas condições para desempenhar aquele cargo”, declarou Durão Barroso.

O presidente da UE, por sua vez, não revelou se apoia ou não a nomeação de António Vitorino, alegando estar “em consultas com vários colegas e, até ao dia 17 de Junho, haverá um relatório. Só depois se procederá às nomeações, nomeadamente do comissário europeu”, declarou.

Ambos governantes sublinharam a importância de se chegar a um consenso até Junho próximo, quanto à posição sobre o futuro Tratado constitucional. Neste contexto, Durão Barroso afirmou aos jornalistas estar “confiante” quanto a essa possibilidade, tendo apelado ao “empenhamento” e “boa-vontade” de todos os envolvidos.

Sobre o Iraque, outro dos assuntos abordados, Bertie Ahern destacou a necessidade de a Europa “trabalhar em conjunto”, argumentando que o papel da UE é de “união”, uma posição defendida momentos antes por Durão Barroso, que considerou que, apesar das divergências no passado recente em relação à intervenção no Iraque, o importante agora é “olhar para o futuro”.

“É necessário trabalhar para aproximarmos posições”, concluiu o Primeiro-Ministro português. – Fonte: Lusa.

Fotos:



Luís Álvaro Campos Ferreira

Força PSD! Força Portugal!

O XXV Congresso do Partido Social Democrata que se realiza em Oliveira de Azeméis, abre um novo ciclo na vida do PSD.

Até ao ano de 2006, vamos ter um conjunto de Eleições - Europeias, Regionais, Autárquicas Presidenciais e Legislativas - eleições essas vitais para o futuro de Portugal.

Oliveira de Azeméis, é o momento certo para retemperar forças, trocar opiniões e experiências, preparar o Partido Social Democrata para os desafios eleitorais que se aproximam.

A unidade pela unidade, não é recomendável; o contraditório, mesmo dentro do Partido, é saudável, positivo e factor de consolidação de estratégias e objectivos.

Uma vez vivido este momento de reflexão por excelência, o Partido Social Democrata estará com toda a certeza mais forte, mais coeso e ainda com mais capacidade para conduzir Portugal no caminho do desenvolvimento económico, da justiça social e na afirmação na Europa.

Do 25º Congresso todos esperamos contribuições importantes, e com toda a certeza o Partido Social Democrata, ganhará ainda mais energias para Governar Portugal

25º Congresso do PSD

Publicamos, com este número do «Povo Livre», um Suplemento Especial sobre o 25º Congresso do nosso Partido, a realizar em Oliveira de Azeméis, nos próximos dias 21, 22 e 23.

Este Suplemento não será distribuído juntamente com o Jornal, mas está disponível para os interessados, através de simples solicitação aos serviços do «Povo Livre»